

Nota do Organizador: Extraído de
"Cadernos da PUC-Rio". Tópicos em
Educação/Série Letras e Artes 03/72, n.
10, set. 1972, p. 73-123.

HISTÓRICO DO RÁDIO EDUCATIVO NO BRASIL (1922-1970)¹

José Silverio Baia Horta

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende ser um estudo histórico da Radiodifusão Educativa no Brasil, em busca de dados iniciais para determinar possíveis aspectos a serem aprofundados em estudos posteriores, que visem determinar o grau de funcionalidade do Rádio como instrumento de Educação na nossa atual conjuntura educacional.

Quanto à oportunidade deste trabalho, ela é inegável. O avanço da moderna tecnologia educacional e sua presença cada vez mais marcante no panorama educativo de nosso tempo, exigem estudos que possibilitem elementos para um melhor planejamento neste campo. No Brasil, a recente Portaria 408, de 29 de julho de 1970, abriu grandes oportunidades no campo da Radiodifusão Educativa. Estas oportunidades correm o risco de serem desperdiçadas por falta de estudo e planejamento e, principalmente, por um quase total desconhecimento das experiências já realizadas no passado. Este estudo pretende ser uma pequena contribuição para um cumprimento mais racional desta determinação legal.

O trabalho está dividido em três partes.

A primeira contém algumas considerações de ordem teórica, im-

prescindíveis para uma melhor delimitação de campo e uma maior clarificação de conceitos.

A segunda procura situar, historicamente, os incícios da Radiodifusão no Brasil, para nos indicar o ponto de partida da terceira parte.

A terceira parte, a mais importante, contém uma visão histórica da Radiodifusão Educativa no Brasil, desde os primórdios até os nossos dias.

Como é escopo deste trabalho, a conclusão será um levantamento de hipóteses a serem testadas em estudos posteriores.

Cabe, desde agora, uma ressalva: limitações das mais diversas ordens impediram que fosse dada a ênfase necessária aos fatores econômicos e políticos que exerceram e exercem, sem dúvida alguma, influência capital no campo da Radiodifusão Educativa, como, aliás, em todos os outros campos.

Esperamos que outros estudos possam vir preencher esta lacuna.

A RADIODIFUSÃO EDUCATIVA – ASPECTOS TEÓRICOS

Consideramos a Radiodifusão como “a transmissão destinada a uma multidão de ouvintes, para os quais um programa regular, previsto e anunciado com antecedência, é preparado e transmitido por outros.”

Esta definição, de Swierstra², nos permite distinguir a radiodifusão dos outros instrumentos de radiocomunicação, como a radiotelefonía e a radiotelegrafia. Não nos permite determinar, porém, se se trata de radiodifusão sonora ou de televisão. Aliás, na legislação vigente, o termo radiodifusão abrange radiodifusão sonora e televisão.

Neste nosso estudo, porém, não incluímos a televisão. Assim, ao usarmos o termo radiodifusão, estaremos nos referindo à radiodifusão sonora, isto é, aquela que usa o rádio como instrumento.

O Rádio como Meio de Comunicação e de Ensino

Ao falarmos em comunicação pensamos no modelo verbal de comunicação de Gerbner:

“Alguém percebe um acontecimento/ e reage/ numa situação/ através de algum meio/ de modo a fazer materiais à disposição/ de algum modo/ e num certo contexto/ transmitir uma mensagem/ de alguma consequência”.³

Os “meios” a que se refere Gerbner são os canais de comunicação, que são, principalmente, o auditivo e o visual, cada qual com dois

componentes: um componente verbal (palavra falada ou impressa) e um componente não-verbal (som/música e canal pictórico).

A organização da informação de que depende a transmissão e a recepção (ensino e aprendizagem) daquilo que é intercomunicado, pode utilizar canais simples ou canais múltiplos de comunicação.

O Rádio é um meio de comunicação que utiliza apenas um canal simples de comunicação: o auditivo.⁴

O rádio é considerado como veículo de ensino da “terceira geração”, juntamente com a fotografia, os diapositivos, as gravações, o cinema e a televisão. Esta geração de veículos de ensino depende da introdução da máquina no processo de ver e ouvir, para o homem.⁵

Em um sentido mais restrito podemos dizer que o rádio funciona como veículo de ensino quando ele se encontra integrado em uma ação sistemática, progressiva e coordenada, sendo esta ação pedagógica e capaz de conduzir, em um determinado espaço de tempo, à aquisição parcial ou total de um conjunto de conhecimentos e atitudes. Esta aquisição deve ser intentada, e, se possível, avaliada.

Classificação dos Programas Radioeducativos

Henri Dieuzeide classifica os programas radioeducativos em quatro tipos, em função do volume de sua intervenção pedagógica:

- 1) programas de ação complementar e subordinada — a emissão exerce sua influência sobre uma coletividade escolar no decurso de seu funcionamento normal. O rádio exerce então uma ação de reforço, que vai desde a simples informação até a modificação dos métodos, das técnicas ou do conteúdo do ensino. É o professor quem decide sobre a oportunidade de usá-lo ou não em sua aula. O problema que se encontra nesta forma é a sua integração a estruturas pré-existentes, mais ou menos adaptadas para recebê-la.
- 2) programas destinados a diminuir as deficiências constatadas nas estruturas pedagógicas existentes — se trata de uma substituição parcial de professores não qualificados, que toma a forma e o conteúdo do ensino tradicional ao qual vem ajudar.
- 3) programas com ação de extensão, buscando prolongar estruturas insuficientes mediante uma ação direta post-escolar ou extra-escolar. O programa exerce uma influência pedagógica direta sobre o indivíduo, isolado ou membro de uma coletividade com fins pedagógicos (grupos de ensino popular e de educação de adultos). Neste

caso o rádio constitui o veículo principal do conhecimento e seu fator essencial.

- 4) programas destinados a exercer uma ação pedagógica sobre coletividades não submetidas, até então, a nenhum sistema de ensino. O rádio possibilita uma ação pedagógica sobre a massa, a qual sem ele seria impossível. Neste caso o rádio precede a escola em lugar de substituí-la. Seu uso exige portanto a criação e o desenvolvimento original de estruturas pedagógicas simples, fundadas na utilização máxima do rádio em matérias como a alfabetização e o desenvolvimento das coletividades (grupos de recepção). Assim, a ação pedagógica depende quase totalmente da contribuição que o rádio possa trazer.⁶

Elementos Básicos de uma Programação Radioeducativa

Segundo a Profa. Alfredina de Paiva e Souza, são seis os elementos básicos que devem ser considerados em uma programação radioeducativa:

audiência: para que qualquer produção para radiodifusão possa ser planejada, é necessária uma perspectiva clara da audiência a que vai servir. A radiodifusão educativa deve se inserir nos interesses e vivências daqueles aos quais pretende atingir, falando a sua linguagem.

programa: o conteúdo do programa depende do objetivo em vista e da audiência a ser atingida. A forma depende de elementos especiais, condicionados pela natureza do conteúdo e pelos recursos disponíveis para a realização do programa.

transmissão: a questão da transmissão está estreitamente ligada à da audiência. Não basta que o programa esteja no ar; é necessário que ele realmente atinja aqueles para os quais foi preparado. Isto implica em uma grande preocupação quanto a horário de transmissão. Supõe também repetições em casos de emergência, se se trata de uma programação seriada ou de um curso.

recepção: a preocupação com a recepção é fundamental para o êxito de um programa rádio-educativo. Podemos distinguir duas formas de recepção:

- a) Recepção individual – o aluno, isoladamente, recebe as aulas emitidas. Neste caso a mensagem deve ser capaz de ser interpretada à medida que é recebida, para que o aluno seja estimulado a reagir diante da emissão. Neste caso o manual complementar do aluno se torna indispensável.
- b) Recepção organizada – os alunos, reunidos com um monitor, instrutor ou professor, recebem a mensagem educativa. Neste caso, o monitor é a figura-chave de todo o processo. Sua intervenção permite comprovar a compreensão, retificar erros de interpretação e insistir sobre as idéias fundamentais transmitidas. Para isto se faz necessário um treinamento especial do monitor para o trabalho.

material de acompanhamento: na radiodifusão educativa é imprescindível a existência de material de acompanhamento, tanto para o monitor (no caso de recepção organizada), como para os alunos.

A eficácia do material de acompanhamento depende de uma distribuição bem organizada, do seu uso oportuno e constante por parte dos monitores e alunos, da sua facilidade de manuseio e conservação e da linguagem acessível e pessoal em que ele estiver redigido. Além disto, os usuários devem ter oportunidade de apresentar críticas e sugestões quanto ao material, que devem ser levadas em conta.

avaliação: a finalidade da avaliação é definir até que ponto os objetivos propostos estão sendo atingidos. Assim, para se realizar qualquer processo de avaliação é necessário uma definição clara dos objetivos que se intenta atingir.

No trabalho de radiodifusão educativa a avaliação deve estar presente em todas as fases. Um planejamento exige pesquisa prévia para se verificar a oportunidade e as vantagens de sua realização; durante a produção, avaliações constantes devem ajudar a descobrir os pontos positivos e as falhas a remover; durante a transmissão, a avaliação deve possibilitar o conhecimento das reações dos alunos, seu interesse e o alcance dos conhecimentos e técnicas que estão sendo adquiridos; ao fim do curso se faz necessária a avaliação geral dos resultados obtidos. Finalmente, será necessária uma avaliação posterior das repercussões do curso sobre as atitudes dos alunos em sua vida individual familiar, profissional ou comunitária.⁷

A RADIODIFUSÃO NO BRASIL SUA EVOLUÇÃO (1922-1970)

Raízes Históricas da Radiodifusão

As raízes históricas da Radiodifusão se estendem ao século XIX. Grandes cientistas, como Ampere (eletro-dinâmica), Faraday (correntes de indução), Morse (telegráfo elétrico), Oersted (eletro-magnetismo), Fessenden (oscilações elétricas), Maxwell (teoria eletromagnética), Graham Bell (telefone), Hugues (microfone de carvão), Édison (lâmpada elétrica) e sobretudo Hertz (ondas hertzianas) prepararam o campo para o aparecimento da radiocomunicação.

Coube a Guilherme Marconi, juntamente com Oliver Lodge e Alexandre Popov, dar o passo decisivo para que a radiocomunicação se tornasse uma realidade. Em Dezembro de 1895 Marconi descobriu os fundamentos da radiotelegrafia e afirmou que as mensagens transmitidas por fio poderiam ser enviadas sem este meio físico, através do espaço, servindo-se das ondas elétricas. E a primeira mensagem radiotelegráfica a longa distância foi transmitida em 1896 de Dover, na Inglaterra, e recebida em Vimeneux, na França, a uma distância de 32 milhas. Estava inaugurada a radiocomunicação.

Este fato, embora esperado pelos cientistas, gerou enorme admiração popular.

Admiração muito maior ainda teve lugar em 1906, quando Fessenden e Alexanderson, em Nova York, realizaram experiências de radiotelegrafia e, no Natal deste ano, fizeram uma demonstração pública, transmitindo dois discursos, um número de canto e um solo de violino. Era um passo a mais em direção à radiodifusão, a qual encontrou seus construtores definitivos nas pessoas de Fleming e Lee de Forest, que desenvolveram estudos em torno da lâmpada de dois elétrodos e da válvula de áudio, revolucionando a técnica de transmissão e recepção.

“Em 1908 Lee de Forest realizou uma irradiação do alto da torre Eiffel, tendo conseguido levar o sinal sonoro até a cidade de Marselha. De experiência em experiência, de tentativa em tentativa, chegou à construção, em 1916, em Nova York, da primeira estação de radiodifusão, na qual eram irradiados programas de conferências, músicas de câmara e gravações.”⁸

Segundo o Professor Swiertra, citado por Saint-Clair Lopes, a radiodifusão, considerada como transmissão destinada “a uma multidão de ouvintes, para os quais um programa regular, previsto e anunciado com antecedência, é preparado e transmitido por outros”⁹, sur-

giu na Holanda, em 1919, graças aos esforços do engenheiro Hanso Idzerda, o qual colocou em funcionamento uma estação de radiodifusão, cujo prefixo era PCGG.

Mas foi de 1920 que o Dr. Frank Conrad, do Pittsburgh, na Pensilvânia (USA), usando equipamento "Westinghouse", montou uma estação que recebeu o prefixo KDKA e que, "pela regularidade de suas transmissões e pelo grande sucesso de algumas de suas irradiações"¹⁰, é considerada pelos historiadores a primeira estação de radiodifusão do mundo. A transmissão inaugural foi realizada a 1 de Novembro de 1920, dia da eleição de Warren Gamaliel Harding para a presidência dos Estados Unidos da América. "Os resultados eleitorais eram transmitidos por telefone à emissora, em combinação com o jornal "Pittsburgh News", e eram imediatamente irradiados. Essa iniciativa teve enorme repercussão na opinião pública americana. O serviço foi quase perfeito... O aparecimento da primeira estação norte-americana é destacado pelos historiadores mais eminentes da radiodifusão mundial como uma verdadeira jornada histórica e é tido como o marco do nascimento do novo meio de comunicação no mundo."¹¹

O progresso da radiodifusão a partir deste momento, foi surpreendente.

Só nos Estados Unidos o número de emissoras, dois anos depois, em fins de 1922, já chegava a 382. Na Inglaterra, a 14 de novembro de 1922, eram inaugurados os serviços da British Broadcasting Corporation (BBC). Na França, em 1922, o rádio foi utilizado pela primeira vez para a transmissão regular e diária de notícias: o "Paris Informations" da emissora Radiola.

Conforme a UNESCO, o número de estações de rádio em cada continente, nos anos de 1950 e 1960, era o seguinte:

1950 Continente	1960 Nº total de estações	Nº total de estações
África	140	350
América do Norte	3.600	5.700
América do Sul	800	1.900
Ásia (exceto URSS)	450	1.200
Europa (exceto URSS)	560	2.600
Oceania	200	250
URSS	100	400
TOTAL NO MUNDO	5.900	12.400

Fonte: UNESCO

Primórdios da Radiodifusão no Brasil

Rádio Corcovado (1922)

O início da Radiodifusão no Brasil coincidiu com as comemorações do centenário da Independência. A 7 de Setembro de 1922 o discurso pronunciado por Epiácio Pessoa, ao inaugurar a Exposição Internacional do Centenário da Independência, foi transmitido por toda a área da exposição graças a um transmissor de pequena potência, montado no alto do Corcovado pela Westinghouse Electric International Co. e pela Companhia Telefônica Brasileira: a SPC-Rádio Corcovado.

Durante todo o tempo da Exposição esta emissora funcionou, transmitindo conferências, palestras e música, que podiam ser ouvidas graças aos alto-falantes (trompas) instalados no alto da torre do Serviço de Meteorologia, no Calabouço, e graças aos oitenta aparelhos receptores vindos dos Estados Unidos e distribuídos no Rio e instalados em praças públicas de Niterói e Petrópolis.

Terminada a Exposição, o transmissor da SPC foi desmontado e devolvido a seu país de origem.

Rádio Clube de Pernambuco (1922)

Apresentada por alguns historiadores como sendo a primeira estação de radiodifusão do Brasil, a Rádio Clube de Pernambuco foi fundada a 6 de Abril de 1919, para transmissão radiotelegráfica, e reorganizada a 17 de Outubro de 1922 para se dedicar à radiodifusão, realizando, a partir desta data, irradiações experimentais de forma casual e distanciada, com um pequeno transmissor Westinghouse de 10 Watts. Segundo Álvaro Salgado, "somente em 1924 começaram realmente as transmissões radiotelefônicas em Pernambuco, quando foi adquirida uma estação de 500 watts"^{1 2}

Estação da Repartição Geral dos Telégrafos (1923)

Em 1923 o Governo adquiriu da "Western Electric" duas emissoras de 500 watts que esta companhia havia trazido ao Rio de Janeiro para a Exposição do Centenário. Uma delas foi montada na Praia Vermelha, para executar serviço radioteleográfico. Passou a constituir a Estação da Repartição Geral dos Telégrafos (SPE).

Embora destinada inicialmente às comunicações rádio-telegráficas, esta estação passou depois, a pedido dos rádio amadores, a

realizar transmissões lítero-musicais.

Enquanto isto, os aparelhos rádio-receptores se multiplicavam. Só no ano de 1923 foram dadas 536 licenças para uso de rádio-receptores. Isto sem contar aqueles que recorriam ao Rádio-galena “misterioso aparelho construído no próprio lar, geralmente com o aproveitamento de caixa de charuto e que nos permitia, depois de uma longa e penosa procura da emissora num cristal – a galena – ouvir, através de fones, sons, palavras e ruídos, sem nenhum auxílio de fio ou de eletricidade!”¹³

Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (1923)

Tida por muitos historiadores como a primeira estação de Radiodifusão de nosso país, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi fundada pelos professores Edgard Roquette Pinto e Henrique Morize, na Academia de Ciências da Escola Politécnica, a 20 de Abril de 1923. Este fato parece ser, por si, um sinal da perspectiva educativa que orientou os pioneiros da Radiodifusão no Brasil. “Em poucos lugares do mundo o rádio deve ter nascido como no Brasil: dentro de uma Academia de Ciências”¹⁴.

O Art. 3º dos Estatutos, aprovados no dia da fundação, nos apresenta os objetivos da iniciativa: “A Rádio Sociedade, fundada para fins exclusivamente científicos, técnicos, artísticos e de pura educação popular, não se envolverá jamais em nenhum assunto de natureza profissional, industrial, comercial ou político”.¹⁵ E a Rádio Sociedade cumpriu até o fim o seu objetivo: “Levar a cada canto um pouco de educação, de ensino e de alegria...”, trabalhando “pela cultura dos que vivem em nossa terra, pelo progresso do Brasil”.

Álvaro Salgado nos possibilita acompanhar o desenvolvimento da iniciativa de Roquette Pinto e as dificuldades que tiveram de enfrentar os seus realizadores, até que, em 1936, a emissora passasse para a esfera federal:

“Às 20 horas e 30 minutos do dia 1º de maio do mesmo ano (1923), o Prof. Roquette Pinto fez a primeira transmissão em nome da Rádio Sociedade, pronunciando uma conferência dedicada aos amadores de TSF, através da emissora de Radiotelegrafia SPE – Praia Vermelha, especialmente cedida naquele horário àquela Sociedade.

A 19 de Maio, ainda de 1923, a Rádio Sociedade instalou-se solenemente na Sala de Física da Escola Politécnica, onde, a 7 de Setembro deste ano, inaugurou uma pequena estação PEKAM, de 10 watts, que lhe fora ofertada pela Casa PEKAM, de Buenos Aires.

A Rádio Sociedade funcionou, depois, durante algum tempo, na Livraria Científica Brasileira, na Rua de São José, nº 114.

...Não tardou que a Rádio Sociedade mudasse sua estação-mirim para o torreão do Edifício Guinle, na Avenida Rio Branco, 109, 6º andar.

Aí fez, outrossim, transmissões experimentais com uma estaçãozinha tipo Telefunken.

...Tendo o Governo, em Dezembro de 1923, cedido à Rádio Sociedade e à Academia Brasileira de Ciências, o Pavilhão com que a República da Tchecoslováquia se fizera representar na Exposição de 1922 (Avenida das Nações), transferiu-se para ali a Rádio Sociedade, onde foram inauguradas uma possante estação de "broadcasting" Marconi, de 2000 watts, em Junho de 1924 e, a 2 de Agosto de 1925, uma estação-escola de radiotelegrafia, SOIX, de onda curta (10 watts).

...Por exigência da Prefeitura do Distrito Federal, mais uma peregrinação fez esta Sociedade: deixou o pavilhão da Tchecoslováquia, a 26 de Julho de 1928, mudando-se, primeiramente, para a Rua da Carioca, n.º 6 e, um mês depois, para a mesma rua, n.º 45, 2º andar e, em seguida, para o 3º andar deste prédio.

...A 7 de Setembro de 1936, a emissora da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro tornou-se, por doação, PRA-2 do Ministério de Educação".¹⁶

Desenvolvimento da Radiodifusão no Brasil

Em pouco tempo as estações de radiodifusão se espalharam por todo o território nacional, crescendo, às vezes, de maneira arbitrária e descontrolada.

O quadro abaixo nos permite acompanhar a evolução quantitativa da radiodifusão no Brasil, através da evolução do número de estações radiodifusoras:

ANO	Emissoras inauguradas	Nº total de Emissoras
Até 1925	10	10
de 1926 – 1930	7	17
de 1931 – 1935	28	45
de 1936 – 1940	34	79
de 1941 – 1945	36	115
de 1946 – 1950	185	300
de 1951 – 1955	170	470
de 1956 – 1960	135	605
de 1961 – 1965	317	922
de 1965 – 1969	72	994

A RADIODIFUSÃO EDUCATIVA NO BRASIL VISÃO HISTÓRICA

A história da Radiodifusão Educativa no Brasil se confunde com a história da própria radiodifusão brasileira. Os primeiros idealistas que, liderados por Roquette Pinto, introduziram o rádio em nosso país, vislumbraram, de imediato, o seu alto valor educativo. “E o rádio brasileiro nasceu sem finalidades comerciais, viveu muito tempo exclusivamente prestando serviço à cultura, graças aos esforços de um grupo de abnegados”. (Fernando Tude de Souza)

O Idealismo da Primeira Década (1922 – 1930)

Rádio Corcovado: “A saúde pelo alto-falante”

Confirmando a afirmação que acabamos de fazer de que, no Brasil, radiodifusão e radiodifusão educativa coincidem em sua origem, encontramos, entre as transmissões realizadas pela SPC nos poucos meses em que funcionou, uma série de conferências sobre Higiene – “A saúde pelo alto falante” – pronunciada pelo professor José Paranhos Fontenelle. Foi a primeira transmissão rádioeducativa realizada no Brasil, podendo ser ouvida, segundo um jornal da época, “por muitos milhares de pessoas...”.¹⁶

Atividades educativas da Rádio Sociedade

Como já vimos, em 1923 surge a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, com o ideal de “levar a cada canto um pouco de educação, de ensino e de alegria”.¹⁷

Três anos depois, em 1926, já encontramos a Rádio Sociedade promovendo, através de seus microfones, uma bem organizada programação educativa, dividida, segundo o Prof. Ariosto Espinheira, em “aulas, conferências e palestras”.¹⁸ Já Álvaro Salgado divide a programação desta mesma época em cursos, lições, palestras seriadas e quartos de hora. Encontramos assim, desde o início, uma nomenclatura diversificada para indicar as mesmas coisas, diversificação esta que vai perdurar até nossos dias, trazendo grande dificuldade a quem estuda o assunto.

Os cursos incluíam Literatura Francesa, Literatura Inglesa, Esperanto, Rádio Telegrafia e Telefonia e Silvicultura Prática; as Lições eram de Português, Francês, Italiano, Geografia, História Natural, Física e Química. Entre as Palestras Seriadas encontramos uma série dirigida às mães (Escola de Mães) e uma série sobre Atributos da Gente Brasileira. A programação incluía, além disto, um "Quarto de Hora Literário" e um "Quarto de Hora Infantil".

Pessoas ilustres no mundo científico, como Einstein e Mme. Curie, ocuparam os microfones da Rádio Sociedade, por ocasião de visitas ao Rio de Janeiro.

No livro de visitas da Rádio Sociedade, Einstein escreveu as seguintes palavras: "Após minha visita a esta Rádio Sociedade, não posso deixar de, mais uma vez, admitir os esplendidos resultados a que chegou a ciência aliada à técnica, permitindo aos que vivem isolados os melhores frutos da civilização. É verdade que o livro também o poderia fazer, e o tem feito; mas não com a simplicidade e a segurança de uma exposição cuidada e ouvida de viva voz. O livro tem de ser escolhido pelo leitor, o que por vezes traz dificuldades. Na cultura levada pela radiotelegrafia, desde que sejam pessoas autorizadas as que se encarreguem das divulgações, quem ouve recebe, além de uma escolha judiciosa, opiniões pessoais e comentários que aplainam os caminhos e facilitam a compreensão: esta é a grande obra da Rádio Sociedade".²⁰

Na programação da Rádio Sociedade pode ser notada uma preocupação com a divulgação de difíceis conhecimentos científicos e literários. Os assuntos são heterogêneos e é exigido um certo nível cultural dos ouvintes. Não se nota uma verdadeira preocupação com a educação realmente popular de uma população, em sua maioria, analfabeta. Não há nenhuma preocupação com um contato direto e pessoal com o ouvinte, não havendo nenhuma referência à recepção organizada.

Esta ausência de interesse pela educação popular, manifestada na programação educativa da Rádio Sociedade, revela ter existido, desde o início da Radiodifusão Educativa no Brasil, uma profunda defasagem entre teoria e prática, entre ideal e realização. Com efeito, o verdadeiro ideal de Roquette Pinto, como veremos a seguir, era a utilização do rádio em um grande movimento educativo de cunho realmente popular.

Plano Roquette Pinto (1926)

O ideal de uma educação verdadeiramente popular se manifesta logo a seguir no plano elaborado por Roquette Pinto para resolver o problema educacional do nosso país com a ajuda do rádio.

O Plano Roquette Pinto, publicado primeiramente na Revista

“Electron” da Rádio Sociedade, em seu n° 6 de 1926 aparece ampliado no artigo “Cinzas de uma fogueira (pelo rádio — 1923—1926)” que faz parte da coletânea de artigos de Roquette Pinto, publicada com o título de “Seixos Rolados (Estudos Brasileiros)”, em 1927.

Eis como Roquette Pinto, em seu idealismo, nos apresenta o seu plano:

“Não é possível dar por miúdo, aqui, os detalhes do grande plano idealizado para transformar em cinco ou seis anos a mentalidade popular da minha terra. Em linhas gerais é o seguinte:

- 1° — Cada Estado, na sua capital, dispondo de estabelecimentos de ensino de certo culto, fundaria uma grande Rádio-escola. Um entendimento entre os governos, sob os auspícios do Governo Federal, permitiria a aquisição das vinte poderosas estações necessárias. Seriam todas do mesmo tipo, por economia, fornecidas em concorrência pública. Não há um só Estado do Brasil em condições de não poder com esta despesa. A função dessas vinte grandes Rádio Escolas Estaduais seria puramente diretora. Seus programas educativos mostrariam às cidades do interior o caminho a seguir.
- 2° — Uma vez que o ideal é dar ao homem do povo o seu rádio, seria preciso completar a instalação do sistema. Para isto os municípios limítrofes entrariam em acordo para subvencionar um, mais rico e mais bem situado. Nesse seria erigida a Rádio Escola Municipal, servindo diretamente ao povo, de acordo com as orientações recebidas das Rádio Escolas Estaduais.

Naqueles municípios centrais, há sempre um respeitável Juiz de Direito, estudioso da História e da Geografia do Brasil. (O seu sonho dourado é mesmo entrar para o Instituto Histórico...); há um Promotor, moço de talento, que tem garbo em tratar de versos e literatura e vive pensando na Academia de Letras; há um médico, ou dois, para as lições de História Natural ou de Higiene; há professoras do ‘grupo escolar’... enfim, há sempre um rapaz que toca harmônio na igreja, e muitas moças que cantam. É só mobilizar todos esses elementos em benefício da educação dos pobres.

A estação da Rádio Escola Municipal? ... Custará muito menos do que o altar-mór da matriz...

E os receptores?

Cada brasileiro, que carece de cultura, deve encontrar no município meios de possuir seu par de phonios e o seu cristal; os muni-

cípios conseguirão facilmente — desde que se não entreguem aos exploradores gananciosos e malvados — um tipo de receptor local popular que poderá custar a terça parte do preço de uma sanfona.”²¹

Neste seu plano, Roquete Pinto, com admirável clarividência, já nos indica algumas características que devem estar presentes, como condições fundamentais, em qualquer planejamento de radiodifusão educativa que queira produzir resultados satisfatórios. Assim, por exemplo: coordenação nacional, principalmente no que se refere aos recursos materiais; total descentralização, no que se refere à programação, respeitando-se as diferenças regionais e locais; apelo aos recursos humanos existentes nas comunidades e preocupação em reduzir ao mínimo os custos.

Outros dados interessantes estão presentes neste estudo de Roquette Pinto. Assim, por exemplo, a relação entre educação e desenvolvimento:

“Produzir mais o Brasil, no grau de atraso em que se encontram as classes produtoras? Ser o povo mais forte, mais patriota, mais progressista, mergulhado na bruta escuridão mental em que se agita, com tanto esforço e tão digno afã?

O Brasil atingiu o máximo de progresso compatível com a situação de atraso intelectual da maioria de seus filhos. Daqui por diante só progredirá em passo razoável, de acordo com os seus recursos sociais e naturais, se for possível dar ao seu povo o que lhe falta para caminhar menos lentamente: fé em seu destino, que será realmente deslumbrante... se ele souber arrancar da terra o que ela dá sempre aos que sabem.”²²

Roquette Pinto entendeu também que o remédio para os problemas brasileiros não estava em soluções impostas, mas sim na participação consciente de todo o povo:

“A alma coletiva já se deu conta de que todos os males do país não podem ser curados nem com o voto secreto, nem com a organização dos partidos, nem com o serviço militar obrigatório, nem com a reforma da Constituição, nem com o protecionismo às indústrias, nem com a reforma do ensino, nem com a quinina do Estado, nem com a imigração europeia.

Na consciência dos estudiosos calmos, afastados de quaisquer posições de mando, ~~orar com segurança, de não fugir ao dever cívico,~~ de obedecer à autoridade e à lei, de trabalhar e de produzir, ~~sem votar com segurança, de não fugir ao dever cívico, de obedecer à autoridade e à lei, de trabalhar e de produzir, sem adiantado e de aprender com ele.~~

O povo do Brasil não está, porém, em condições de tirar partido daqueles excelentes meios de aperfeiçoamento. Não está, porque não entende a linguagem que lhe falam. É preciso não conhecer um plano de roça para crer que as populações aceitarão e executarão qualquer daquelas grandes medidas, indiscutivelmente úteis à grandeza do país.

Há um trabalho de desbravamento intelectual e moral a realizar antes daquilo tudo. É a obra de educação inicial que hoje, felizmente, pode ser feita em condições muito favoráveis".²³

E, segundo Roquette Pinto, esta condição favorável é o rádio que a oferece, possibilitando o acesso à cultura àqueles para os quais está afastado este acesso por meio da palavra escrita:

"Saber ler não é um fim. O analfabeto é muitas vezes homem de bons recursos técnicos. Mas não pode desenvolvê-los porque lhe falta aquele uso do sábio companheiro impresso... O Estado dá de graça (de graça é um modo de dizer...) luz elétrica, água, escola. Pois dará, pelo preço de custo, a cada brasileiro, o seu modesto rádio em que ele, descalço, até mesmo roto, esfarrapado, amarelo, mole de doença e de ignorância, aprenderá, antes de saber ler, que a preguiça é quase sempre doença; que é preciso plantar o melhor da colheita para obter maior rendimento; que ser soldado não é ser escravo e sim receber instrução e educação, em lugares asseados, dirigidos por patrícios dedicados, fraternalmente, a serviço do país; que o Brasil não é, de fato, o país mais rico do mundo, mas que o pode vir a ser, facilmente, se os seus filhos souberem tirar da terra tudo o que ela pode dar; que os povos fortes, são hoje, os povos que sabem aplicar a ciência e a arte em melhorar a vida".²⁴

Parece que Roquette Pinto já percebera, em 1927, a dominância da comunicação oral sobre a comunicação escrita no mundo rural, dominância tão bem analisada em nossos dias por Pierre Furter.²⁵

Como vemos, Roquette Pinto foi, sob vários pontos de vista, um precursor. Algumas medidas por ele preconizadas nos parecem fundamentais. Recapitulando: coordenação nacional dos recursos, descentralização e regionalização na programação, envolvimento de toda a comunidade nas atividades radioeducativas, relação entre educação e desenvolvimento e caráter oral da comunicação no meio rural. Entretanto, não há no plano de Roquette Pinto, referência a qualquer forma de organização da recepção, nem sequer através do contato emissora-radiouvinte. A fase de contato com os radiouvintes será inaugurada alguns anos depois, pela Rádio-escola Municipal do Rio de Janeiro, organizada sob a direção do mesmo Roquette Pinto.

INICIATIVAS OFICIAIS E TENTATIVAS DE INTEGRAÇÃO (1930-1950)

Rádio-escola Municipal do Distrito Federal (1934)

A Reforma do Ensino do Distrito Federal²⁶, elaborada por Fernando de Azevedo e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 2940, de 22 de Novembro de 1928, refletindo bem a larga visão educacional de seu autor, dedica todo um título à regulamentação “do cinema escolar e do rádio”. Nos artigos 633 e 636 deste Decreto encontramos a determinação de se instalarem aparelhos de rádio nas escolas e de se criar uma estação de Rádio-escola Municipal:

“Art. 633: As escolas de ensino primário normal, doméstico e profissional, quando funcionarem em edifícios próprios, terão salas destinadas à instalação de aparelhos de projeção fixa e animada para fins meramente educativos, bem como a instalação de aparelhos de radiotelefonía e alto-falantes.

Art. 636: Fica criada no Distrito Federal, onde e quando entender o Prefeito, sob a dependência imediata do Diretor Geral de Instrução Pública, uma Rádio-escola com a respectiva estação transmissora, destinada à irradiação diária para as escolas e para o público, de hinos e canções escolares, da hora oficial, do boletim de atos e instruções da Diretoria Geral, de todos os assuntos de interesse do ensino, de conferências, lições e sessões artísticas de caráter educativo”.

Mas não houve, nesta época, alguém capaz de concretizar esta Rádio-escola. A única pessoa capaz de fazê-lo era Roquette Pinto, que na ocasião, estava totalmente absorvido pelas atividades e iniciativas da Rádio Sociedade. A Rádio-Escola Municipal só se tornou uma realidade em 1933, sendo Diretor Geral da Instrução Pública o Prof. Anísio Teixeira, que ocupou este Cargo de 1931 a 1935.

Montada sob a direção de Roquette Pinto, com a colaboração de Vitorino Borges e Labre Júnior, a PRD-5, Rádio-Escola Municipal, “primeiro passo dado pelo poder público em prol do Rádio como fator educativo popular”²⁷, funcionou pela primeira vez, em caráter experimental, a 31 de Dezembro de 1933 e foi oficialmente inaugurada a 6 de Janeiro de 1934.

Por ocasião da inauguração da Rádio-Escola Municipal, o Prof.

Lourenço Filho, então Diretor do Instituto de Educação, pronunciou um discurso tecendo considerações em torno do valor educativo do rádio.

“Neste tumultuar de idéias e de sentimentos”, diz ele, “de invenções que não cessam e de desequilíbrios de toda ordem, o rádio representa um instrumento realmente privilegiado. Ele transpõe as distâncias, devassa as paredes, se insinua por toda a parte e por toda a parte pode levar o esclarecimento e o conselho, a dúvida que estimula e a palavra de confiança e de conforto, que aplaca as paixões. Multiplicando ao infinito a capacidade de contato da inteligência humana, o rádio, desde que posto ao serviço da educação, cooperará para a desejada unidade espiritual, sem compressão. No dia em que, no Brasil de tão largas distâncias e de tantos núcleos de população segregada, os serviços de educação puderem dispor deste maravilhoso instrumento de cultura, a consciência nacional ganhará em certeza e em força, e os destinos da nação, porque mais esclarecidos, ganharão em direção e segurança”... “O microfone centuplicará o poder de extensão da obra civilizadora das escolas; dirá aos pais como e porque se educam as crianças em novos caminhos; levará a todos, indistintamente, nas horas de lazer, a educação musical e literária; propiciará ao magistério, num mesmo instante e na hora precisa, o esclarecimento da tarefa a cumprir, para maior solidariedade de propósitos”.²⁸

A Rádio-Escola municipal do Distrito Federal inaugurou uma nova fase na Radiodifusão Educativa no Brasil: a fase do contato direto emissora-radiouvinte, que, embora feito de maneira muito inicial e empírica, foi a garantia do sucesso imediato das atividades educativas da PRD-5, e abriu caminho para a fase da recepção organizada. Preocupada em manter o contato com os alunos radiouvintes, a estação distribuía folhetos e esquemas das lições que eram enviados antes das aulas radiofônicas, pelo correio, às pessoas inscritas. Os alunos, por sua vez, enviavam à emissora trabalhos relacionados com os assuntos das aulas e mantinham contato com a emissora por carta, telefone e mesmo por visitas.

Um ano depois de entrar em funcionamento, a PRD-5 já havia recebido 10.800 trabalhos de seus alunos. No ano de 1935 havia 1818 alunos inscritos, os quais enviaram à emissora 6119 trabalhos escritos. Em 1936 encontramos 1160 alunos matriculados e 8365 trabalhos enviados. No ano de 1937, só os alunos de matemática e física apresentaram um total de 5795 trabalhos e em 1939 os cursos de Matemática, Ciências Físicas e Ciências Sociais apresentaram um saldo de 3239 trabalhos, número este elevado, em 1941, ano áureo da PRD-5, para 20437 trabalhos recebidos.

Outra causa do sucesso alcançado pela Rádio-Escola Municipal do Distrito Federal foi a sua preocupação com o emprego de uma didática e de uma metodologia que fosse compatível com o instrumento usado, isto é, com o rádio.

No relatório de 1936 uma das professoras nos fala alguma coisa sobre a sua metodologia: "Evitando sempre que possível o ensino por autoridade, supunha partir da criança a pergunta ou a observação relativa ao assunto de que íamos tratar. Assim pois, dando as aulas sob a forma de perguntas e respostas, limitava a minha dissertação ao imprescindível, tornando-me apenas um guia. Ao fim de cada aula, para certificar-me do aproveitamento dos radiouvintes, formulava um questionário composto de cinco itens, os quais, ao fim de 16 aulas dadas, perfizeram o total de 80. Como resposta ao questionário de matemática foram enviados pelas crianças que ouvem regularmente as aulas, 1928 trabalhos".

Em 1939 esta mesma professora se refere à metodologia usada nas aulas de Ciências Sociais: "Para tornar interessante a aprendizagem desta matéria e quebrar a monotonia pela citação de datas e nomes históricos, evitava o ensino por autoridade. E para torná-las atraentes as ilustrava com música que se ajustava ao assunto tratado no momento".

E Álvaro Salgado comenta: "Outra não deve ser a didática do ensino usado pelo rádio: perguntas e respostas durante a aula e questionários depois da aula para controle do aproveitamento"... "O método de ensino empregado pela referida professora é o único compatível com o Rádio e o resultado que obteve foi suficientemente comprovado".²⁹

O estudo das atividades desenvolvidas pela Rádio-Escola Municipal do Distrito Federal (PRD-5), nos oferece dois dados novos de capital importância para qualquer análise do papel do rádio como instrumento de educação: a necessidade do contato direto emissor-radiouvinte e a necessidade de uma didática especial compatível com o ensino através do rádio.

Confederação Brasileira de Radiodifusão (1933)

Fundada em 19 de Junho de 1933, na então Capital Federal, graças aos esforços de Elba Dias e Roquette Pinto, a Confederação Brasileira de Radiodifusão reuniu as principais emissoras então existentes em nosso país. A ela se filiaram imediatamente a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, Rádio Educadora do Brasil, Rádio Club do Brasil, Rádio Philips, Rádio Mayrink Veiga, Rádio Guanabara, do Rio

de Janeiro; Rádio Record, de São Paulo; Rádio Mineira, de Belo Horizonte; Rádio Club, de Porto Alegre; Rádio Sociedade da Bahia, Rádio Comercial da Bahia; Rádio Club de Pernambuco e Rádio Club do Pará.

Por iniciativa de Roquette Pinto, a Confederação Brasileira de Radiodifusão (CBR), criou uma "Comissão Rádio-Educativa" com a finalidade de "promover o emprego da radiodifusão como meio de educação direta, pela divulgação de informações técnicas e profissionais, pelo auxílio ao ensino público, pela melhoria da saúde e da higiene, pelo apuro do gosto artístico, pelo desenvolvimento do espírito de paz e concórdia entre os povos, pela propagação de notícias de interesse geral".³⁰

Aproveitando uma experiência que vinha obtendo êxito na Rádio Sociedade, a Comissão Rádio Educativa da CBR criou o programa: "Quartos de hora da Comissão Rádio Educativa da CBR" transmitido diariamente das 18,45 às 19 horas pelas seis emissoras filiadas do Rio de Janeiro. Durante estes 15 minutos diários eram transmitidos ao povo, sob a forma de palestras e diálogos, úteis ensinamentos de ciências físico-naturais, psicologia, direito, arte, higiene, educação, geografia, história, línguas pátria e estrangeiras, etc. Sob o ponto de vista financeiro, estas transmissões significavam, no dizer de Ariosto Espinheira, uma contribuição ao povo de "três contos e seiscentos mil réis diários".³¹

Não dispomos, no momento, de dados para avaliar os resultados destes quartos de hora educativos da CBR, nem sabemos por quanto tempo eles foram transmitidos. O significado desta experiência está no fato de se ter, pela primeira vez, formado uma cadeia de emissoras para a transmissão de um programa educativo.

Serviço de Radiodifusão Educativa (1937)

No dia 7 de Setembro de 1936 a emissora da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi doada ao Ministério de Educação e Saúde. Isto porque a Sociedade não queria deixar de ser uma emissora puramente educativa e adquirir caráter comercial, único meio de resolver o seu problema financeiro e aumentar o seu capital para adquirir uma estação mais potente, como exigia o governo. Aliás, a passagem dos bens da Rádio Sociedade para o Ministério da Educação e Saúde em uma conjuntura como esta já estava prevista pelos estatutos de 1923.

Ao receber a doação, em nome do Governo, o então Ministro da Educação e Saúde, Dr. Gustavo Capanema, pronunciou as seguintes palavras:

"Como autoridade a quem coube receber tão valioso legado, eu

quero dizer aqui que o Ministério da Educação assume com satisfação esta responsabilidade e que procurará utilizar-se da melhor maneira possível deste instrumento que ora lhe é proporcionado para, no cumprimento da elevada missão que, com grande clarividência, lhe traçou o Sr. Presidente Getúlio Vargas, falar diariamente aos brasileiros, animá-los nos seus trabalhos do campo, da cidade e do mar, estar com eles nas suas alegrias e pesares. Este é o novo trabalho que, com coragem e fé, vamos começar".³²

Assim, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro deixa de existir e surge a PRA-2, Rádio Ministério da Educação. A posse desta emissora possibilitou a criação do Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), através da Lei nº 378, de 13 de Janeiro de 1937. Pelo Artigo 50 desta Lei foi criado, no Ministério de Educação e Saúde, o Serviço de Radiodifusão Educativa, "destinado a promover, permanentemente, a irradiação de programas de caráter educativo".³³

Aliás, a presença do Ministério de Educação e Saúde na área da radiodifusão já estava determinada por lei desde 1931. O texto legal que, desde esta data, regia a radiodifusão no Brasil (Decreto 20 047, de 27 de Maio de 1931) diz, em seu Artigo 12: "O serviço de radiodifusão é considerado de interesse nacional e de finalidade educacional." E o parágrafo 3º deste artigo determina: "A orientação educacional das estações da rede nacional de radiodifusão caberá ao Ministério da Educação e Saúde e a sua fiscalização técnica competirá ao Ministério da Viação e Obras Públicas".

Todavia, até 1941, as atividades do SRE foram muito prejudicadas por causa da escassez de pessoal e da insignificância das verbas. Além disto, a pequena estação Marconi, velha e de pouca potência (2 Kws), que fora doada pela Rádio Sociedade ao MES, só foi substituída em fins de 1942, por uma nova emissora de 25 Kws. A esta altura o SRE já estava instalado no prédio construído especialmente para ele, à Praça da República, 141A. No entanto, por esta época, embora bem instalado no que se refere a recursos materiais, contava apenas 11 funcionários, não podendo assim utilizar de maneira eficiente sua possante estação e suas novas instalações.

No dia 4 de Fevereiro de 1943 o Regimento de Serviço de Radiodifusão Educativa era aprovado pelo Decreto nº 11491. A finalidade do SRE é apresentada no Art. 1º deste regimento: "O Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), órgão subordinado diretamente ao Ministro de Educação e Saúde, tem por finalidade orientar a radiodifusão como meio auxiliar de educação e ensino, promover, permanentemente, a irradiação de programas científicos, literários e artísticos de caráter educativo, e informar e esclarecer quanto à política de educação do país".

Neste mesmo ano o Dr. Fernando Tude de Souza, técnico em educação, foi nomeado como primeiro Diretor do SRE. Buscando colocar em prática o lema da PRA-2 "Pela cultura dos que vivem em nossa terra, pelo progresso do Brasil", lema este que havia sido herdado da Rádio Sociedade, o Prof. Tude de Souza anunciava no relatório de 1943 uma série de iniciativas a serem tomadas em 1944: "Realizamos bastante e preparamos o terreno para concretizar em 1944 uma série de iniciativas talhadas a um êxito completo e que terão repercussão profunda na vida nacional".³⁴

No relatório de 1944, "primeiro relatório de SRE trabalhando de maneira autônoma"³⁵, e único que tivemos em mãos, o Diretor, depois de se referir ao conflito de interesses e de áreas de atuação surgido entre o SRE e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), iniciando o relatório com um "desabafo que é uma justificação da ausência do Serviço em setores que as leis vigentes do país e que a lógica dos fatos apontam como seus"³⁶, faz uma distinção entre rádio educativo e rádio instrutivo, afirmando: "Rádio educativo pode ser todo rádio brasileiro, sem necessidade de ser um rádio meramente instrutivo ou de ensino. Tudo o que se faz no rádio pode ter um sentido educativo, sem apelar para a forma sistematizada de ensinar. E, sobretudo, tudo o que se faz nas estações de rádio brasileiras tem que deixar de ser deseducativo".³⁷

Com base nesta distinção, são considerados como parte instrutiva da programação os cursos de Português, Inglês e Geografia, transmitidos de maneira ordenada e com absoluta regularidade (duas aulas semanais de cada matéria). Há contato entre a emissora e os ouvintes dos cursos, embora este contato não seja realizado de forma constante e sistemática, cabendo a iniciativa sempre ao radiouvinte: "O número de interessados que escrevem ao nosso serviço pedindo informações, solicitando orientação e solução para seus problemas já se eleva a mais de um milhar de brasileiros. Todas as consultas têm sido respondidas."³⁸ Há também um germe de recepção organizada, ainda iniciativa dos ouvintes: "Registramos também a manifestação coletiva de grupos até cinquenta pessoas que se inscrevem coletivamente nos nossos cursos e para os quais enviamos todo o material organizado para os mesmos".³⁹

Ainda em 1944, o SRE transmitiu um Curso de Férias, organizado pela Associação Brasileira de Educação e destinado aos professores primários de todo o Brasil, num total de 30 aulas.

O planejamento para 1945, apresentado neste mesmo relatório, inclui algumas iniciativas que merecem ser citadas. Assim, por exemplo, a reforma do SRE, através da criação de uma secção de "educação

e pesquisa” e de uma seção de “documentação e intercâmbio”. Com esta reforma o SRE se transformaria em Instituto Nacional de Radiodifusão Educativa, provavelmente nos moldes do Instituto Nacional de Cinema Educativo, já existente na época. Outra iniciativa prevista era o lançamento de uma programação infantil, precedida de ampla pesquisa e planejamento, buscando dar à criança não apenas o que ela gosta, mas também o que ela precisa. Outra iniciativa de grande alcance seria o lançamento de cursos radiofônicos conjugados com correspondência: “O êxito das nossas experiências no setor cursos, procurando um meio de medir o rendimento e a penetração das aulas dadas pelo rádio, levou-nos à conclusão da necessidade e do grande alcance que representará para a educação a instituição de cursos radiofônicos conjugados com cursos de correspondência. O SRE remeteria para todos os inscritos o material, por meio dos chamados cursos por correspondência, e os inscritos acompanhariam, pelo rádio, a marcha dos trabalhos, fazendo as necessárias correções no material que seria novamente mandado para o SRE”.⁴⁰

Não sabemos se estas iniciativas se concretizaram, pois não tivemos acesso aos outros relatórios de SRE (e nem sabemos se eles existem). Em todo o caso, pelo menos como previstas, estão enumeradas algumas providências importantes para o êxito do Rádio educativo: criação de material de acompanhamento, pesquisa e avaliação.

Em 1950, sete anos após ter assumido a direção do SRE, Fernando Tude de Souza escreveu um artigo para a UNESCO, relatando a experiência do SRE e indicando a orientação que ele vinha imprimindo ao Serviço.⁴¹ Destacamos algumas de suas conclusões:

1. A programação deve ser adaptada aquilo que o povo realmente precisa. Isto implica um caráter de regionalidade que, segundo ele, tornam sem sentido as emissões de outros países destinadas ao público brasileiro, sem todavia invalidar uma programação feita no Brasil e dirigida a todos os brasileiros, ou melhor, a todas as regiões do Brasil.
2. O Rádio não é o melhor instrumento na luta contra o analfabetismo: “Sete anos de experiência na direção do Serviço de Radiodifusão educativa não me convenceram da utilidade do rádio na luta contra o analfabetismo. Eu não quero dizer que seja impossível utilizar o rádio para isto, mas ele não é um meio econômico. Para ser verdadeiramente eficaz ele exige muito boa vontade da parte dos ouvintes e mesmo, ao que parece, a presença de um professor. Por isso, ao menos no Brasil, o rádio e o cinema não me parecem ser os

melhores instrumentos de luta contra o analfabetismo. Eles podem ser auxiliares preciosos, mas nunca nos permitirão, sozinhos, uma solução do problema; eles representam paliativos e não uma terapêutica específica”.

3. A experiência tem demonstrado bem a utilidade do rádio na educação de adultos (o SRE mantinha algumas emissões destinadas ao meio rural).
4. Quanto à metodologia, ela é variável. “Para os cursos de nível médio o melhor método consiste em fazer o aluno acompanhar uma aula orientada por um professor que se dirige a dois ou três alunos. O diálogo, a atenção à resposta do aluno, os erros que o professor corrige muito contribuem para dar a estas emissões uma característica mais concreta, que as torna infinitamente mais úteis que as conferências ou os cursos teóricos. Nas aulas radiofônicas destinadas às crianças, é necessário sempre adotar a forma dramática e unicamente nos cursos superiores é possível empregar a conferência ou o diálogo com alguma possibilidade de sucesso”.

Neste artigo não há nenhuma referência a qualquer forma de recepção organizada.

INICIATIVAS PARTICULARES E PRIMEIRA EXPERIÊNCIA COM RECEPÇÃO ORGANIZADA (1940-1950)

Universidade do Ar da Rádio Nacional do Rio de Janeiro (1941)

Criada em 1941 pelo Dr. Gilberto de Andrade, diretor da Rádio Nacional do Rio de Janeiro (PRE-8) e sob os auspícios da Divisão de Ensino Secundário, a “Universidade do Ar” iniciou suas aulas no dia 19 de Abril deste mesmo ano.

Destinada aos professores do Ensino Secundário de todo o país, com a finalidade de oferecer-lhes orientação metodológica, a Universidade do Ar da Rádio Nacional do Rio de Janeiro tinha quatro objetivos pedagógicos principais:

1. oferecer aos professores meios de apresentar aos alunos a disciplina e reter a sua atenção;
2. oferecer aos professores meios para intensificar o interesse do aluno pela matéria;

3. melhoria nos processos de verificação do aproveitamento;
4. oferecer bibliografia para o professor.

Os cursos eram gratuitos e abertos a todos os professores do país. Os alunos recebiam de vez em quando resumos mimeografados das aulas e outras orientações.

No primeiro ano de funcionamento a matrícula estava assim distribuída:

Português	802 alunos
História da Civilização	559 alunos
Ciências	495 alunos
Matemática	493 alunos
Geografia	475 alunos
História do Brasil	426 alunos
Francês	383 alunos
História Natural	358 alunos
Inglês	342 alunos
Latim	314 alunos
Estatística Educacional	182 alunos
 TOTAL	 4.829 matrículas

No ano de 1942 as aulas da Universidade do Ar já abrangiam as disciplinas essenciais dos cursos de Letras, Ciências, Didática e Pedagogia.

Em 1943, o número de matrículas nos vários cursos da Universidade do Ar havia decaído para 1548. Foram entregues apenas 286 certificados de aproveitamento.

A causa da diminuição da matrícula e do pouco aproveitamento foi, em parte, segundo Álvaro Salgado, a não adaptação do corpo docente à didática especial de uma aula dada pelo rádio.⁴²

O Plano da Rádio Educadora do Brasil (1942)

Em 1942 a PRB-7, Rádio Educadora do Brasil (hoje Rádio Tamoi), que havia iniciado suas atividades radiofônicas em 1927, enviou, por intermédio de seu Presidente, Dr. Alceu de Sá Freire, uma carta ao Ministro da Educação e Saúde, anunciando a próxima inauguração de uma estação transmissora de 25 Kws.

Nesta carta são apresentados ao Sr. Ministro os planos da PRB-7 com relação à Radiodifusão Educativa:

“A Rádio Educadora do Brasil, já ocupada com a organização de novos e fecundos empreendimentos, a serem postos em prática logo que seja inaugurada a estação de ondas curtas, cogita ainda da criação de uma Rádio-escola, como parte integrante de suas atividades.

A Rádio-escola terá por fim administrar ensinamentos subordinados aos cursos previamente estabelecidos, os quais serão destinados à infância e aos adultos, em suma, à direta alfabetização das massas populares”.⁴³

Não sabemos se esta Rádio-escola se concretizou. De qualquer modo, esta iniciativa da PRB-7 merece ser citada, por ser mais uma tomada de posição de uma estação de “broadcasting” comercial diante do problema da radiodifusão educativa e por mostrar o tino de seus dirigentes, que foram capazes, já em 1942, de reconhecer no rádio um instrumento apto para servir à “direta alfabetização das massas populares”.

Universidade do Ar, de São Paulo (1947)

A Universidade do Ar, de São Paulo, é de grande importância em nosso estudo, por ter inaugurado em nosso país a fase da recepção organizada propriamente dita no campo da radiodifusão educativa.

Idealizada por Benjamin do Lago e lançada oficialmente em Setembro de 1947, a Universidade do Ar representa um esforço conjunto do SENAC e do SESC de São Paulo visando utilizar o rádio para uma grande campanha de educação em favor da classe comerciária, principalmente nas cidades do interior do Estado de São Paulo.

O objetivo principal desta iniciativa era possibilitar aos comerciantes uma melhor compreensão de suas atividades profissionais. O curso radiofônico da Universidade do Ar incluía Português, Aritmética Comercial, Técnicas de Vendas, Noções de Economia Política e Ciências Sociais.

O Professor Ribas da Costa nos diz, em poucas palavras, como funcionava a Universidade do Ar: “De acordo com a primeira regulamentação, os professores das diversas matérias liam suas lições ao microfone de uma rádio-emissora da capital que, durante este programa, funcionava em cadeia com outras 11 emissoras, dentre as muitas existentes no interior. Os alunos, *reunidos em núcleos de recepção*, ouviam a aula e, em seguida, debatiam o assunto sobre que ela versava, sob orientação do professor-assistente, que lhes dava, também, explicações complementares. Cada aluno recebia, posteriormente, pelo correio, avulsos que reproduziam o texto das aulas irradiadas. Por sua vez, o professor-assistente recebia orientação didática e sugestões para exercícios, a serem feitos pelos alunos. A verificação do rendimento

escolar se efetuava por meio de duas provas parciais, realizadas no próprio núcleo de recepção (provas objetivas impressas, remetidas pela Divisão de Ensino)”,⁴⁴

Em seu primeiro ano de funcionamento, a Universidade do Ar matriculou, em seus rádio-postos espalhados por todo o interior do Estado de São Paulo, 1531 alunos. Destes, 839 compareceram às provas finais e 635 foram aprovados.

O ano de 1948 assistiu, por um lado, a uma grande melhoria da técnica rádio-pedagógica, mas, por outro lado, marcou o início de uma medida que iria prejudicar sensivelmente a experiência: ao lado dos alunos que frequentavam os núcleos de recepção organizada, foram admitidos alunos de “recepção livre” isto é, alunos que ouviam as aulas em suas próprias casas. As consequências não se fizeram esperar: diminuição sensível dos participantes dos núcleos de recepção organizada (de 1531 em 1947 para 383 em 1948) pois todos preferiam “ouvir em casa”; total insucesso final dos alunos “livres” (78% de reprovação na Capital e 51% no interior); sucesso total dos alunos participantes dos núcleos de recepção organizada (90% de aprovação no interior).

Apesar disto, em 1951, ao lado de uma grande ampliação da cobertura da Universidade do Ar e da introdução de novos melhoramentos na técnica rádio-pedagógica, por motivos vários foram suspensos todos os núcleos de recepção organizada e todos os alunos passaram a ser “ouvintes livres”. O número de diplomados neste ano foi de 2206. Este número caiu para 741 em 1952. Em 1953 houve uma tentativa de restabelecimento dos núcleos de recepção organizada, a qual começou a produzir efeito no ano seguinte, no qual o número de diplomados se elevou a 1208.

Não dispomos de dados sobre os resultados da Universidade do Ar nos anos que se seguiram. Mas a experiência de sete anos (1947 a 1954) já nos mostra claramente que *a recepção organizada é condição fundamental para o bom resultado de um sistema rádio-educativo*. Esta foi a conclusão a que chegou Ribas da Costa ao analisar esta experiência. A mesma conclusão foi tirada por Benjamin do Lago, o qual, com base na experiência que teve na Universidade do Ar, apresentou, em 1950, o plano de uma campanha de educação popular em larga escala, usando o rádio como instrumento de comunicação, articulado à escola.

Planos e Experiências para Uso do Rádio na Alfabetização e Cultura Popular (1950 – 1956)

Plano Benjamin do Lago (1950)

A idéia do uso do rádio em campanhas de educação popular, em larga escala, foi a mola mestra do plano elaborado por Benjamin do Lago. Apresentado pela primeira vez em 1945, este plano foi testado a partir de 1947 na experiência da Universidade do Ar. Com base nesta experiência o autor reformulou o seu plano e o apresentou novamente no *Jornal do Comércio* de 14 de Maio de 1950.

Benjamin do Lago em seu plano dá uma ênfase toda especial à didática a ser empregada, conjugando em cada aula a irradiação, a explicação mais detalhada dada pelo professor assistente e o debate entre os alunos. O núcleo do plano de Benjamin do Lago é o seguinte:

“Detalhemos melhor: a palavra dos professores, escolhidos no centro de irradiação e, portanto, com maior cultura e experiência, se desdobraria da estação – sede a todos os alunos, a todos os núcleos. Seria a audição. Audição rápida, digamos de 30 a 45 minutos, cada uma. As aulas nesta fase, no espaço da audição – seriam aulas de conceitos ou esquemas de orientação. Cessada a audição, isto é, desligado o rádio receptor, teria início então a vida escolar dos núcleos, que se dividiria em duas etapas:

1. aula dos professores assistentes (haveria um professor assistente em cada núcleo). Explicação mais detalhada, mais ampla, com o uso dos meios adequados ao caso, como quadro-negro, ilustrações cinematográficas, gráficos, etc, da aula de orientação. Procurar-se-ia, em suma, tornar mais claros e compreensíveis os diversos aspectos da aula base (duração: 30 – 45 minutos).

2. debates entre os alunos, presididos pelos professores-assistentes, sobre os temas mais importantes da aula-base ou de orientação do dia. Seria esta etapa uma espécie de centro extra-escolar, na qual os alunos, debatendo idéias, poderiam fixar melhor seu pensamento sobre as questões em foco, como ainda mutuamente se auxiliariam, com a ajuda dos professores assistentes, na solução de seus problemas ligados ao plano de ensino. Seria assim um centro de debate e cooperação, de trabalho individual e coletivo”^{4,5}

Esta didática implica, necessariamente, na existência de postos de *recepção organizada*. “O nosso método” – diz Benjamin do

Lago — ” se caracteriza, essencialmente, pela articulação do rádio com a escola. Na sua estruturação unem-se às vantagens pedagógicas da escola os elementos de vida, penetração e coordenação do Rádio. A campanha, deste modo, sem prejuízo do contato direto com os alunos, através da escola, ganha, com o uso do rádio, muito mais larga possibilidade de extensão. Um, a escola, mantém o mesmo papel clássico de verticalidade. O outro, o rádio, multiplica, em extensão esta verticalidade. Não é portanto um meio apenas, como poderia parecer, de maior extensão. Isto poderia acontecer se se suprimisse o contato direto com os alunos, isto é, se os alunos ficassem invisíveis, como acontece nas aulas apenas pelo rádio. Mas não é este o caso. Aqui há dois elementos: o rádio e a escola. Ou melhor: o rádio e uma rede de núcleos receptores, que tem o mesmo papel da escola no sentido comum”.^{4 6}

Experiência do Professor Januzzi (1950)

Em 1950, o Professor Geraldo Januzzi, técnico de educação do Estado do Rio, lançou, através da rádio Clube de Valença, ZYM-7, um *Curso de Alfabetização pelo rádio* que, modesto em suas dimensões e sem obter grande repercussão entre as autoridades educacionais, conseguiu resultados bastante positivos, constituindo, na opinião de Ribas da Costa, “uma prova cabal e muito animadora da exequibilidade e produtividade certa do sistema”.

Contando com 168 alunos matriculados, a grande maioria (123) na faixa dos 14 aos 30 anos, a experiência do Professor Januzzi mereceu uma reportagem na Revista “Phili-cidade” n° 55, de 1951. Esta reportagem, realizada pelo Professor Ribas da Costa, conclui: “Pelos resultados já conseguidos e que nos deixaram tão boa impressão, é digna de todos os encômios a iniciativa do Sr. Januzzi e da ZYM-7. Ela representa uma comprovação valiosa, em pequena escala, do muito que o rádio pode fazer como instrumento didático, na alfabetização e educação de adultos. É, portanto, um exemplo que merece ser seguido...”^{4 7}

A experiência do Professor Januzzi, que infelizmente não teve continuidade nem foi imitada por nenhuma outra estação de rádio da época, constitui, ao que parece, a primeira tentativa concreta de colocar o rádio a serviço da alfabetização de adultos.

Plano de Frei Gil Bomfim (1955)

A Revista Eclesiástica Brasileira, de Julho de 1955, publicou um artigo do Frei Gil de Almeida Bomfim, da Ordem Franciscana, no qual

o autor procura estudar a viabilidade e a conveniência da instituição de uma rede de emissoras católicas no Brasil, para se dedicar à catequese e à educação popular.

A esta altura já estava totalmente vitoriosa a iniciativa de Monsenhor José Joaquín Salcedo com seu movimento de Escolas Radiofônicas em Sutatenza, na Colômbia. Iniciada em 1947, a Acción Cultural Popular (ACPO) de Monsenhor Salcedo contava em 1955 com 7512 Escolas Radiofônicas espalhadas em 533 paróquias da Colômbia. Neste ano foram inauguradas as novas instalações da Rádio Sutatenza, em Bogotá. Em 7 anos a Acción Cultural Popular experimentara um crescimento de 2.400% e conseguiu o apoio governamental e da UNESCO.

Animado com estes resultados, Frei Gil Bomfim procura ganhar a opinião e o apoio da Igreja para a realização de algo semelhante no Brasil.

Depois de descrever pormenorizadamente o funcionamento da ACPO, o autor expõe o seu plano: criação, por iniciativa da Igreja, de uma grande emissora central e de um "circuito" de emissoras regionais. A Emissora central, que poderia contar com assistência técnica da UNESCO, elaboraria os programas e distribuiria as fitas gravadas a todas as emissoras regionais.

São estudadas por Frei Gil Bomfim as despesas de aquisição e as possibilidades de manutenção financeira e manutenção intelectual (continuidade de programas).

Interessante é notar que, ao apresentar um possível esquema de programação diária, o autor prevê, das 6,15 às 7 horas da manhã, aula de alfabetização, "quando se tivesse feito, pelos sítios e fazendas, com o auxílio do governo, a difusão do rádio com pilha, à semelhança do que está sendo maravilhosamente realizado na Colômbia".⁴⁸

Este trabalho de Frei Gil Bomfim serviu para chamar a atenção das autoridades eclesásticas e educacionais para as realizações de Sutatenza e para demonstrar o baixo custo da utilização do rádio na catequese e na educação popular. Foi também um grito de alarme para que a Igreja entrasse no campo da radiodifusão. E a entrada da Igreja nesta área marcou, como veremos, uma nova fase na história da radiodifusão educativa em nosso país.

Plano de Ribas da Costa (1956)

No ano de 1949, o Professor João Ribas da Costa, que havia sido professor primário e inspetor escolar na zona rural do Estado do Espírito Santo, "convencido da possibilidade técnica de se ministrar a

adultos uma educação fundamental por meio do rádio — inclusive o ensino da leitura e da escrita — ”⁴⁹ procurou estudar o aspecto econômico-financeiro de um empreendimento desta natureza. A conclusão foi que se podia ampliar consideravelmente o número de adultos beneficiados e elevar o nível técnico do trabalho educativo sem aumentar, muito ao contrário, reduzindo sensivelmente as despesas, a ponto de se economizarem, cada ano, muitos milhões de cruzeiros. No mês de novembro de 1949, a idéia foi apresentada, em plano pormenorizado, “a quem podia aceitar ou recusar a inovação” e foi rejeitada sob a alegação a priori de que o ensino da leitura é tecnicamente impossível de se realizar através do rádio, por ser indispensável o contato direto entre o professor e o aluno.

Sete anos depois, em 1956, após conhecer a experiência do Professor Januzzi e profundamente impressionado com os resultados alcançados pela Acción Cultural Popular na Colômbia, Ribas da Costa, a esta altura Gerente de Relações Públicas da Philips do Brasil, volta a apresentar o plano, desta vez em um livro de 118 páginas, intitulado: “Educação Fundamental pelo Rádio”. O subtítulo do livro já sintetiza o objetivo do autor e a metodologia por ele defendida: “Alfabetização de adultos e Cultura popular por meio de Sistemas Radiofônicos com recepção organizada”.

Em seu plano, Ribas da Costa prevê a instalação de uma grande *cadeia de emissoras de ondas médias* a serem instaladas em uma região em que fossem raras as estações de rádio e a densidade demográfica fosse alta. Por esta razão o autor escolheu o Nordeste do país, que contava apenas com uma emissora de “broadcasting” para cada 10 situadas ao sul da Bahia, e relacionou 27 grupos de municípios, escolhendo em cada um destes grupos um município que, pela sua posição central e pela densidade demográfica sua e dos municípios vizinhos, assegurasse o máximo aproveitamento do sistema radioeducativo. Nestes municípios se localizariam os transmissores.

Todo o plano radioeducativo de Ribas da Costa está apoiado em Escolas Radiofônicas, ou seja, em *núcleos de recepção organizada*, e o autor se preocupa, acima de tudo, em demonstrar que, economicamente, o sistema de Escolas Radiofônicas é muito mais vantajoso para o trabalho de Educação de Adultos do que o sistema de escolas tradicionais. Levando em consideração o total da população a ser atingida, os preços dos equipamentos, o salário dos professores do sistema tradicional, o alcance das emissoras e o custo de manutenção das emissoras, Ribas da Costa procura provar que “o custo do sistema radioeducativo, em 5 anos, será inferior ao do sistema tradicional, num só ano”.⁵⁰

De acordo com seu plano, os postos de recepção seriam confiados a Monitores — pessoas de ambos os sexos, com um mínimo de conhecimentos, que auxiliam a tarefa do professor-locutor, a título de colaboração gratuita. Ribas da Costa se opõe terminantemente à remuneração dos monitores, afirmando: “Esse trabalho é e tem de ser um apostolado. Religioso, cívico ou filantrópico, mas apostolado”.⁵¹

Aliás, a recepção organizada é apresentada no livro como sendo o problema fundamental das escolas radiofônicas. Existem algumas exigências mínimas para uma boa recepção organizada:

- a) núcleos de recepção bem localizados e eficientes. Para isto será necessário tomar com antecedência uma série de providências, tais como: escolha de local apropriado à recepção coletiva e recrutamento de monitores e seu preparo;
- b) receptores qualificados, de onda cativa, isto é, sintonizados a cristal para recepção exclusiva da emissora ou emissoras do sistema. Além disto os aparelhos devem ser de alta qualidade, robustos e simples de manejar;
- c) assessoria radiotécnica e pedagógica contínua. A responsabilidade técnica e comercial do fornecimento dos receptores deve estar a cargo de uma empresa capaz de garantir assistência técnica em qualquer lugar e por tempo indefinido; cada localidade deve ter um representante para os encargos ligados à remessa de estatísticas e à distribuição de material; a fabricação, compra e distribuição do material escolar deve ser planejada; mensalmente deve ser editado um Boletim para orientação dos monitores, contendo o horário das aulas semanais e as informações mais importantes que os monitores devem conhecer e transmitir aos alunos.

Dois são os fatores que garantem a maior eficiência da recepção organizada em comparação com a audição isolada: a atuação do monitor e o intercâmbio de idéias, o auxílio e estímulo mútuo entre os alunos do mesmo núcleo, antes, durante e depois das aulas. A atuação do monitor é fundamental: “a recepção organizada exige que se consiga pelo menos um monitor para cada núcleo, e que este monitor atue ativamente, de forma satisfatória, não somente com relação às aulas propriamente ditas (assiduidade, pontualidade, ordem, atenção e obediência ao professor-locutor, auxílio aos alunos), mas também depois que as aulas terminem, ocasião em que deverá promover debates sobre os assuntos versados pelo professor-locutor. Muitos ouvintes, só no decorrer desses debates conseguirão assimilar conhecimentos que não puderam entender durante a aula”.⁵²

Além da Recepção Organizada, outros fatores devem ser considerados na organização de um sistema de radiodifusão educativa, na opinião de Ribas da Costa:

- a) Emissoras: quanto às emissoras, Ribas da Costa afasta a possibilidade de se integrarem no sistema as emissoras comerciais da região, pois “as Escolas Radiofônicas precisam de uma organização sistemática, o que pressupõe, entre outras coisas, a plena liberdade de utilizar os horários que melhor atendam às conveniências dos alunos”.⁵³ O autor prevê também estudos sérios para se determinar qual o melhor sistema irradiante a ser usado na região, levando-se em conta a área a ser coberta, a maior ou menor descentralização que se deseja implantar, os recursos disponíveis e a possibilidade de obtenção de canais de frequência;
- b) Plano de ensino básico: a elaboração de um plano básico de ensino deve ser entregue a uma equipe de especialistas. Um plano sério exigirá muita investigação e debate para que possa ser estabelecido aquilo que deve ser considerado básico e fundamental para a realidade brasileira;
- c) Técnicas de ensino radiofônico: a técnica usada deve atrair, levando em consideração a mentalidade do ouvinte e a sua condição de adulto. Devem ser evitados ares protetores ou paternalistas. Devem ser procuradas técnicas especiais para cada gênero de programa: aulas, palestras ou dramatizações;
- d) Preparação de material de acompanhamento: o material de acompanhamento, como livros, diagramas e cartazes, é muito importante e deve ser preparado conjuntamente por educadores e especialistas em processos radiofônicos.

Quanto ao problema de descentralização ou centralização, Ribas da Costa é a favor que se estabeleça a descentralização executiva, conservando-se, porém, o planejamento técnico e econômico, tanto quanto possível, centralizado. Pois, embora existam fatores que sugere a descentralização, como, por exemplo, a vasta superfície do país e o insulamento relativo de importantes núcleos da população, que devem ter vida própria e cuidar de específicos problemas regionais, o autor não acha aconselhável “que se sujeitem os destinos da educação popular pelo rádio aos riscos da descentralização total”.⁵⁴

Existem algumas razões para isto:

1. necessidade de uma diretriz uniforme em todo o país para a educação de adultos, como exigência da unidade nacional;
2. possibilidade de uma assistência satisfatória a todos os sistemas executivos existentes, por parte de uma organização central capaz de desenvolver órgãos técnicos auto-suficientes no campo da eletrônica e na esfera educacional especializada;
3. facilidade maior de um Sistema Radiofônico Nacional em obter colaboração de entidades brasileiras e internacionais;
4. economia nas despesas com material, como consequência da centralização das compras.

Ao terminar a apresentação de seu plano, Ribas da Costa procura chamar à realidade aqueles que porventura tenham ficado demasiadamente otimistas:

“Será uma surpresa a implantação de Escolas Radiofônicas entre nós, a curto prazo, com todos os requisitos técnicos que o empreendimento exige. Tudo leva a crer que será ainda necessário muito trabalho e propaganda nesse sentido e, também, intensa e extensa luta para vencer obstáculos de toda a sorte, até que se consiga a objetivação desse ideal, em bases científicas...”

Não sejamos, pois, ingênuos. Por mais que se diga, repita e demonstre que o rádio pode resolver nosso problema educacional, por mais que estudemos o assunto, por mais que nos enfrontemos nas novas diretrizes rádio-pedagógicas, nada teremos obtido, em realidade, enquanto o Sistema Rádio-Educativo não for planejado e posto em efetiva execução, o que pressupõe uma série enorme de providências e atividades preparatórias, sem as quais o empreendimento se destinará a um triste e infeliz fracasso total”.

E Ribas da Costa termina com um desafio: “A todos e a cada um de nós – em maior ou menor escala – incumbe o grave dever de dar corpo a esta iniciativa no Brasil, para confirmar-lhe os resultados satisfatórios ou desmentir, experimentalmente, a afirmativa...”

A nosso ver, uma só coisa nos falta: começar!

Começemos, pois!”^{5 5}

E o desafio foi ouvido. Neste mesmo ano (1956) acendeu-se grande entusiasmo no país pela educação popular através do rádio. Sociedades se organizaram com este fim, sem intuítos comerciais, para

a instalação de emissoras que, dispondo de escolas radiofônicas, se constituíssem em Sistemas Rádio-Educativos Regionais autônomos.

E em Março de 1957 o Prof. Ribas da Costa foi convidado pelo Ministro da Educação para organizar o Sistema Rádio-Educativo Nacional.

Iniciativas de Âmbito Nacional (1957-1970)

Sistema Rádio-Educativo Nacional (1958)

Em Março de 1957, o Prof. João Ribas da Costa foi convidado pelo Ministro de Educação para organizar um sistema rádioeducativo nacional, com base nos planos apresentados por ele em seu livro "Educação Fundamental pelo Rádio".

Em 11 de Abril do mesmo ano, o Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, Sr. Heli Menegale, propôs oficialmente ao Ministro da Educação a criação do Sistema Rádio-Educativo Nacional (SIRENA). Na exposição de motivos que acompanhou a proposta, o Diretor Geral do DNE afirma que o sistema se destina "a influir na elevação do nível social do nosso povo, a robustecer a Campanha de Educação de Adultos e colaborar, com todos os seus recursos, na mobilização nacional contra o analfabetismo". São a seguir apresentadas as justificativas da medida, suas vantagens, a viabilidade de sua imediata execução e o reduzido custo de sua realização. A proposta previa para 1957 a colocação de 20.000 receptores para recepção organizada.

Em 20 de maio de 1957, Ribas da Costa apresentou um "projeto do esquema de trabalho" para o SIRENA.

Este projeto, que contou com a colaboração da Profa. Maria Braz, do Prof. José Camarinha e do Capitão Maury Araujo, contém a orientação geral a ser dada ao Sistema, suas finalidades, sua organização, os passos a serem dados na implantação da recepção organizada e o desenvolvimento prático de um plano básico de educação popular pelo rádio.

Com base neste projeto o SIRENA iniciou suas atividades, antes mesmo de sua instalação oficial, a qual somente se deu no dia 9 de Junho de 1958, no auditório do MEC.

As atividades do Sistema Radio Educativo Nacional, desde o início, estavam dirigidas em um duplo sentido:

- a) planificação, elaboração, gravação e distribuição de Cursos Básicos a serem irradiados;
- b) fomento à criação de Sistemas Rádio Educativos Regionais de iniciativa oficial ou particular, orientação e assistência em sua implantação e funcionamento.

Quanto aos Sistemas Rádio-Educativos Regionais, temos os seguintes dados, de 1958 a 1961:

– em 1958 estavam irradiando os cursos básicos do Sirena 11 emissoras, enquanto 21 emissoras estavam em fase de instalação e 8 estavam obtendo canal de frequência;

– em 1959 encontramos 14 Sistemas Rádio-Educativos Regionais com seus transmissores em funcionamento e 44 em fase de instalação, assistidos pelo SIRENA;

– no ano de 1960, 18 Sistemas Rádio-Educativos Regionais transmitiam os programas do SIRENA e 68 se encontravam em fase de instalação;

– em 1961 eram 65 os Sistemas Rádio-Educativos Regionais em estreita colaboração com o SIRENA. Destes, 47 haviam assinado convênio e estavam em funcionamento; os demais ainda se encontravam em fase de organização e aguardavam a satisfação dos requisitos indispensáveis à assinatura do convênio.

Quanto à elaboração de programas básicos os dados são os seguintes: em 1958, 909 programas planejados e elaborados e 5760 discos editados; em 1959, 1113 programas elaborados, dos quais 655 já gravados em discos long-playing e 458 em fase de gravação; em 1960, distribuição de cerca de 2.000 discos L.P. de 12 polegadas, correspondendo a mais de 900 programas; em 1961 o SIRENA conta com um total de 1511 programas elaborados e gravados e tinha em estoque 8843 discos L.P. de 12 polegadas.

Em Abril de 1960 foi inaugurada em Leopoldina, Minas Gerais, a “Rádio Sirena”, como emissora chave de um sistema radioeducativo para a Zona da Mata, em estreita colaboração com a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo e com a Diocese de Leopoldina. Em agosto de 1961 foi inaugurada a Rádio Educadora de Brasília, criada pelo Decreto 50 250, de 28 de Janeiro de 1961.

O Regulamento do SIRENA foi aprovado pelo Diretor Geral do DNE, através da Portaria nº 4-BR de 26 de Setembro de 1961 e publicado no Diário Oficial de 18 de Outubro de 1961.

Pela Portaria nº 143, de 14 de Junho de 1962, o SIRENA passou a fazer parte da “Mobilização Nacional contra o Analfabetismo”.

Com a extinção da “Mobilização Nacional contra o Analfabetismo”, pelo Decreto nº 51867, de 26 de Março de 1963, o SIRENA foi extinto e incorporado à Rádio Educadora de Brasília, juntamente com seu material, qualquer que tenha sido a forma de sua aquisição, pela Portaria nº 330, de 12 de Setembro de 1963.

Finalmente, a 15 de Setembro de 1966, o Decreto nº 59213 incorporou a Rádio Educadora de Brasília e a Rádio Sirena de Leopoldina ao Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura.

Uma análise das realizações do Sistema Rádio Educativo Nacional nestes seus seis anos de funcionamento nos leva a crer que houve uma preocupação demasiada com os recursos materiais (produção de discos e instalação de emissoras), tendo sido deixados de lado o preparo de pessoal (recursos humanos) e o controle dos resultados (avaliação e “feedback”).

Outra possível causa do desaparecimento do SIRENA: o fato de ser um organismo estatal, estando assim sujeito às oscilações de natureza política.

Movimento de Educação de Base (1961)

O Movimento de Educação de Base (MEB) tem sua origem no trabalho de educação de base desenvolvido por algumas dioceses do Nordeste, através de Escolas Radiofônicas.

A Arquidiocese de Natal vinha desenvolvendo experiências de Educação de Base desde 1957, com base nas experiências de Sutatenza. Em 1958 estavam em funcionamento, em Natal, 66 escolas com um número estimado de 900 alunos; em 1959 o número de escolas já havia subido para 205, enquanto o número de alunos atingia a cifra dos 3 000; em 1960 estavam em funcionamento 148 escolas, com cerca de 2 300 alunos.^{5 6}

Outras dioceses seguiram o exemplo de Natal, entre elas a de Aracajú.

No ano de 1959, dando cumprimento aos decretos 46376, de 7 de Julho de 1959, que havia constituído um Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar e planejar o financiamento e a execução de um

programa de educação de Base no Nordeste, utilizando a radiodifusão, e aos decretos 46377 e 46378, também de 7 de Julho de 1959, que dispunham sobre a execução de programas de educação de base através da radiodifusão no Estado de Sergipe e na Zona Norte do Estado de Alagoas, a Diocese de Aracajú assinou um convênio com o SIRENA e outros órgãos governamentais, objetivando a instalação, em Sergipe, de um completo Sistema Rádio Educativo Regional, constando de um Centro de Execução, um Centro de Treinamento de Pessoal, uma Estação Transmissora e uma rede de Escolas Radiofônicas, a serem instaladas pela Diocese de Aracajú, que havia sido representada na assinatura do convênio pelo seu Bispo Diocesano.

Até 1961 o intercâmbio de informações e a coleta de dados sobre os resultados obtidos pelas Escolas Radiofônicas do Episcopado era promovido pelo Setor de Educação de Base da RENE (Representação Nacional de Emissoras Católicas). Durante o "1º Encontro de Educação de Base" promovido pela RENE em Aracajú, em Dezembro de 1960, foram atualizados os dados até então reunidos e debatidas as técnicas e métodos mais válidos. Os resultados foram animadores e em diversas dioceses estava previsto o início de escolas radiofônicas.

Como resultados de entendimentos mantidos, depois do Encontro de Aracajú, entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o então Presidente Jânio Quadros, a CNBB se propôs a estruturar os esforços existentes através de um Movimento que coordenasse a ação comum. As atividades das Escolas Radiofônicas das Dioceses, juntamente com o Setor de Educação de Base da RENE, passariam a constituir um novo organismo: o Movimento de Educação de Base.

Finalmente, a 21 de Março de 1961, foi assinado o Decreto Presidencial nº 50.370, dispondo sobre um programa de Educação de Base e adotando medidas necessárias à sua execução através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, a ser empreendido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Estava criado oficialmente o Movimento de Educação de Base.

Desde 1961, o MEB buscou estruturar as suas atividades em 3 níveis: Nacional, Estadual e Local, tendo em vista conciliar três preocupações essenciais: eficiência, descentralização e unidade.

A unidade básica do MEB é o "Sistema Radioeducativo". Por Sistema Radioeducativo entende-se o conjunto formado por uma equipe treinada e equipada para radicação e supervisão de Escolas Radiofônicas, bem como para a produção e emissão de programas radioeducativos e uma rede de escolas radiofônicas, sendo cada uma delas

equipada com um receptor cativo, onde um grupo de alunos, coordenados por um monitor, se reúne para ouvir as aulas e realizar, na própria comunidade, ações decorrentes do trabalho educativo.

Cada Sistema conta com uma equipe local e as Equipes Locais de cada Estado são coordenadas por uma Equipe Estadual. Em nível nacional existe uma coordenação e uma administração centralizadas no Rio de Janeiro: Secretário Nacional do MEB.

O quadro abaixo nos permite acompanhar a evolução quantitativa do MEB, de 1961 a 1969:

ANO	Nº de unidades da Federação	Nº de Sistemas em funcionamento	Nº de Escolas Radiofônicas	Nº de alunos concluintes
1961	8	11	2 687	38 734
1962	12	31	5 598	108 571
1963	14	59	5 573	111 066
1964	15	55	4 598	63 758
1965	14	51	4 522	61 409
1966	14	37	2 646	30 921
1967	9	21	2 179	26 943
1968	9	21	1 599	27 481
1969	9	20	1 238	18 039

Fonte: MEB

Um Sistema Radioeducativo do MEB tem o seguinte esquema básico de funcionamento:

- a) **Equipe de Execução** — é constituída de professores e assistentes sociais, sempre que possível, e de administradores, com as seguintes atribuições:
1. estudar os problemas de cada área;
 2. planejar as atividades de acordo com as necessidades e radicar as escolas;
 3. elaborar e irradiar os programas;
 4. escolher e formar os monitores, mantendo com cada um contato permanente;
 5. supervisionar as escolas radiofônicas durante a transmissão das aulas.

- b) **Monitores** — são elementos da própria comunidade que se dispõem a prestar um serviço voluntário, constituindo elos vivos entre os aluno e o professor. Para bem exercerem sua função exige-se, como condição mínima, que sejam alfabetizados e que se submetam a um treinamento especializado, ministrado pela equipe de execução. Além de seu trabalho junto à comunidade os monitores
1. fazem a matrícula dos alunos;
 2. anotam as frequências
 3. apresentam relatórios mensais à equipe de execução sobre suas escolas.
- c) **Escolas Radiofônicas** — devem funcionar em horário inteiramente adequado às populações a serem atingidas pelo sistema. Uma sala de aula ou um cômodo de casa de família ou um alpendre, um quadro negro, uns bancos ou cadeiras, um lampião e um receptor — eis o que é necessário para o funcionamento de uma escola radiofônica.^{5 7}

Os documentos do MEB nos indicam os objetivos gerais e específicos de uma Escola Radiofônica:

Objetivos gerais:

“Uma Escola Radiofônica, numa comunidade rural, tem por objetivo fundamental a integração cultural e econômica desta comunidade na comunidade maior, através da transmissão sistemática de instrumentos de comunicação e produção, e a motivação de atitudes. A instrumentalização e, especialmente, a alfabetização, tomada isoladamente, perdem seu significado e sua motivação para as comunidades rurais e para o homem do campo”.^{5 8}

Objetivos específicos:

“Os objetivos das Escolas Radiofônicas sintetizam-se, nestes últimos anos, em conscientização, mudança de atitudes e instrumentalização das comunidades”.

A Conscientização representa, para o Movimento, a tomada de consciência, pelo educando, de seus valores, da significação vivencial de seu trabalho de Homem no Mundo...

A Mudança de Atitudes, intimamente ligada à conscientização, representa disposição para a ação consciente e livre a partir da compreensão e da crítica das situações concretas. Pode-se sintetizar, mos-

trando que a Motivação de Atitudes encaminha-se em quatro direções:

- atitude crítica,
- atitude de valorização
- atitude de mudança
- atitude de cooperação.

A Instrumentação representa informação e habilitação em termos de instrumentos de análise, instrumentos de produção e instrumentos de organização.

a) Instrumentos de análise:

- ler, escrever e interpretar textos com situações e vocabulário próprios de lavradores;
- distinguir e identificar as principais relações, que existem entre as instituições e estruturas sociais, econômicas, políticas e religiosas mais importantes e suas principais tendências.

b) Instrumentos de produção:

- saber utilizar os procedimentos básicos de higiene e saúde;
- saber utilizar as operações matemáticas necessárias às suas relações de produção e consumo;
- saber utilizar a legislação e costumes referentes a suas relações de produção e consumo;
- saber utilizar as potencialidades econômicas da comunidade em que vive.

c) Instrumentos de organização:

- conhecer as técnicas de trabalho em grupo;
- conhecer a legislação básica sobre associações: clubes, cooperativas, sindicatos e organizações políticas;
- saber fundar e dinamizar clubes, sindicatos, cooperativas”.⁵⁹

Os documentos do MEB nos permitem ainda determinar a situação das Escolas Radiofônicas no conjunto de trabalho do MEB e o seu papel na comunidade na qual está inserida:

“É necessário, no entanto, que se diga bem claro que os objetivos das Escolas Radiofônicas do MEB:

- não esgotam os objetivos da educação – são aqueles que po-

dem ser atingidos numa escola;

– não são objetivos de uma escola convencional – são aqueles compatíveis com sua concepção de Educação de Base;

– não esgotam os objetivos do MEB – representam apenas alguns de seus aspectos”.

“Não se pode deixar de lembrar que, como toda educação que não se esgota na pura instrução, a Escola Radiofônica não se esgota em si mesma: ela produz frutos na própria comunidade, criando outras atividades educativas (ex. Clubes de mães, clubes agrícolas, associações de moradores, clubes de jovens, cooperativas, etc.). A Escola, desta forma, deve ser entendida dentro do conjunto maior das atividades e da vida de toda a comunidade camponesa”.⁶⁰

A consciência das limitações das Escolas Radiofônicas e da necessidade de sua integração na comunidade, presente em forma embrionária no início do trabalho do MEB, se foi acentuando cada vez mais com o desenvolvimento do trabalho, à medida em que, no Movimento, se introduzia, teórica e praticamente, a idéia de *ANIMAÇÃO POPULAR (AnPo)*.

A Animação Popular foi definida como sendo “um processo de estruturação de comunidades, progressivamente assumido por seus próprios membros, a partir de seus elementos de liderança”. Através dos líderes o trabalho atinge toda a comunidade que se conscientiza, se organiza, se estrutura. Assumindo a sua conscientização, a própria comunidade se torna sujeito da AnPo e passa a assumir também, como sujeito, toda e qualquer mudança. “Assim, as transformações feitas não o serão de fora para dentro, por elementos estranhos à comunidade, mas a partir de um movimento interior, resultante da tomada de posição de seus próprios componentes”.⁶¹

Mas para que o povo possa assumir o processo de desenvolvimento de sua comunidade se torna necessário uma ação educativa. Assim, ao mesmo tempo em que deflagra o processo de AnPo, a ação educativa se torna uma etapa deste processo. Aqui se situa a ação educativa do Movimento. “O MEB deve educar, possibilitando um processo de Animação Popular e ao mesmo tempo nele se integrando. A ação educativa do MEB participa, assim, de uma etapa do processo de Animação Popular”.⁶²

A partir do Primeiro Seminário Nacional de Animação Popular, as Escolas Radiofônicas foram deixando de ser o centro da atividade do MEB, vindo a se constituir, cada vez mais, apenas como instrumentos da Animação Popular. A preocupação pedagógica mais global e primeira do MEB se voltou para a Animação Popular. Esta evolução pode ser percebida ao se consultar os relatórios anuais.

Enquanto que o Relatório Anual de 1961 afirma que “no Brasil,

um dos

país de grande extensão territorial, que tem desafiado outros meios de penetração rápida da educação, o rádio vem servindo como um instrumento extraordinário para a educação de base, tendo ultrapassado a base da experiência e atingido a da concretização de resultados positivos” (pág. 3) e nos apresenta como “norma técnica e prática” para que estes resultados positivos se concretizem, entre outras, a “formação de líderes para a direção de sindicatos, cooperativas, artesanatos, centros de recreação e associações adaptadas a sexos, idades, profissões e interesses, atividades estas que tenha por objetivo o desenvolvimento das comunidades” (pág. 4); enquanto que o Relatório anual de 1963 afirma que “apesar da eficiência comprovada do Sistema Radio-educativo, em virtude de não se poder contar, em todas as áreas, com a emissão sistemática de programas educativos, a ação educativa do MEB, em algumas áreas, se exerce totalmente através de contato direto com as comunidades, usando como principal instrumento as caravanas de cultura” (pág. 3), o Relatório anual de 1967 afirma que “as Escolas Radiofônicas são apenas um dos instrumentos de Animação Popular” sendo que, “na atual experiência do MEB os Trabalhos Comunitários começam a surgir como outro instrumento de vital importância para a promoção do Homem em Comunidade” (pág. 15). E no Relatório anual de 1968 nos é afirmado que “as Escolas Radiofônicas se constituem em um dos instrumentos de trabalho das equipes, em função da Animação Popular” (pág. 27).

Neste mesmo Relatório se tenta uma avaliação da funcionalidade da Escola Radiofônica, não mais puramente sob o ponto de vista pedagógico, mas em vista à sua adequação no contexto do desenvolvimento das comunidades. Sob este prisma, as escolas são funcionais quando devidamente integradas na vida das comunidades, tendo bastante diminuída a sua importância como fator educativo quando funciona como agência isolada da comunidade.

Esta maior importância dada aos núcleos de Animação Popular, em relação às Escolas Radiofônicas, já se reflete nos dados quantitativos.

No ano de 1968 funcionaram 1.770 núcleos de Animação Popular, com 32.148 participantes e 1487 Escolas Radiofônicas, com 25.731 alunos. Em 1969 funcionaram 1.798 núcleos, com 31.083 participantes e 1.238 escolas, com 18.039 alunos.

O Setor de Rádio e Televisão Educativa da Diretoria do Ensino Secundário (1965)

Criado em 1965 dentro da Diretoria do Ensino Secundário do Ministério de Educação e Cultura, o Setor de Rádio e Televisão Educa-

tiva o (SERTE) se propunha a ampliar, através do Rádio e da Televisão, a faixa de atendimento escolar de nível médio aqueles que não tiveram oportunidade de ser atendidos dentro do sistema escolar oficial.

O planejamento inicial visava preparar candidatos aos exames de Madureza, previstos no Artigo 99 da Lei de Diretrizes e Bases. O plano previa o uso preferencial do rádio, por se tratar de instrumento mais acessível que a TV. Com a criação da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa, em 1967, o SERTE limitou sua área de atividade exclusivamente à utilização do rádio.

Limitando-se inicialmente aos Cursos de Madureza de 1º ciclo, os cursos de SERTE tinham uma duração prevista de 10 meses, e seriam realizados mediante convênios com as Secretarias de Educação. Estavam previstas no curso as cinco matérias básicas: Português, matemática, história, geografia e ciências.

O planejamento do SERTE compreendia: uma equipe de coordenação, encarregada de planejar, orientar e coordenar o trabalho; uma equipe de professores, com a tarefa de preparar e transmitir as aulas, elaborar as apostilas, assim como exercícios e provas de verificação de aprendizagem; uma equipe administrativa, encarregada da inscrição dos alunos, distribuição das apostilas, correspondência e toda a parte de tesouraria e secretaria; a utilização de uma emissora para transmissão das aulas, mediante contrato, em se tratando de emissora não oficial; a confecção de apostilas das 5 matérias básicas; a organização e supervisão de grupos de recepção organizada, treinamentos, encontros e reuniões de coordenadores, supervisores e monitores.

Os cursos de Madureza do SERTE foram acompanhados por alunos da mais diversas profissões e condições sociais, entre os quais inúmeros professores primários leigos ou mesmo já titulados, principalmente no interior do país, buscando oportunidade de aumentar e atualizar seus conhecimentos e aperfeiçoar seu trabalho profissional. Também inúmeros alunos dos cursos médios regulares deles se utilizaram como complemento para seus estudos".⁶³

O SERTE foi extinto em 1968, mas, diante da validade do trabalho que estava sendo desenvolvido, as Secretarias de Educação de alguns Estados decidiram assumir a responsabilidade de dar continuidade às atividades iniciadas.

Assim, na Bahia o SERTE foi transformado em IRDEB (Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia) e no Rio Grande do Sul o SERTE veio a se transformar na Fundação Educacional Padre Landell de Moura (FEPLAM).

O quadro que se segue nos apresenta o movimento dos cursos do SERTE no Brasil, no período 1965-1968:

MOVIMENTO DOS CURSOS DO SERTE NO BRASIL

ESTADOS	CURSOS		Alunos Inscritos		
	Duração	Número	1965/66	1966/67	1967/68
	em meses	de aulas			
Piauí	11	480	—	480	—
Ceará	10	410	1.106	—	1.703
Rio Grande do Norte	10	418	1.323	681	1.800
Paraíba	10	418	239	510	765
Pernambuco	10	418	5.146	1.033	2.358
Alagoas	7	242	—	—	410
Sergipe	10	438	550	330	282
Bahia	6	418	—	3.800	8.000
Guanabara	11	456	800	2.000	2.700
Distrito Federal	11	456	—	—	800
Rio de Janeiro (Campos)	10	456	373	654	863
São Paulo (TV)	10	201	480	—	903
Minas Gerais	10	430	5.300	—	85.000
Mato Grosso	11	456	—	230	120
Rio Grande do Sul	10	418	10.390	—	4.360
TOTAL		6.115	25.707	9.718	110.064

FONTE: INEP

CONCLUSÃO

Procuramos, neste trabalho, através de um estudo histórico sobre a Radiodifusão Educativa no Brasil, obter dados iniciais para um

estudo mais aprofundado a respeito da funcionalidade do Rádio como instrumento no trabalho de Educação.

A primeira constatação que temos que fazer é que, para aquelas pessoas que, principalmente no início da radiodifusão, viram no rádio um instrumento quase mágico de aproximar os povos e levar instrução até as massas iletradas, estes quase 50 anos de Radiodifusão Educativa em nossa terra foram suficientemente longos para suscitar graves desilusões. Os resultados obtidos através do uso do Rádio como instrumento de Educação ficam muito aquém das esperanças nele colocadas.

A primeira hipótese que queremos levantar é que este fato se deve, principalmente, à *ausência de Recepção Organizada*. As poucas experiências que fizeram uso da Recepção Organizada, na medida em que se mativeram fieis a esta prática, obtiveram relativo sucesso. O Movimento de Educação de Base, que coloca a Recepção Organizada como base de sua metodologia rádio-educativa, se não vem obtendo atualmente o êxito dos primeiros anos, deve isto a problemas de ordem política e econômica, e não a fatores inerentes a sua metodologia rádio-educativa.

Se esta hipótese for testada mais cientificamente e puder ser comprovada, poderemos concluir que qualquer iniciativa que venha a ser tomada para o futuro no campo da Radiodifusão Educativa em nossa terra, se quiser obter resultados positivos, deve colocar grande ênfase na organização da recepção (criação de Radiopostos).

A segunda constatação que podemos fazer, considerando agora especialmente o Movimento de Educação de Base, é que a praxis educativa do Movimento demonstrou a pouca eficácia do Rádio para a consecução de alguns de seus objetivos iniciais. Se o Rádio se mostrou eficaz como instrumento de transmissão do conhecimento ou de instrumentação, ele se manifestou muito pouco eficaz quanto à conscientização e à mudança de atitudes das pessoas e comunidades atingidas. Isto explica a ênfase maior dada, atualmente, pelo MEB, aos Núcleos de Animação Popular.

Com base nesta constatação, levantamos a hipótese de que o Rádio, podendo atuar diretamente no processo de informação e transmissão de conhecimentos, tem uma função indireta e limitada no que se refere ao processo de conscientização e mudança de atitudes das pessoas e comunidades. Assim, o Rádio é muito mais um instrumento de ensino que de educação, é muito mais um meio de transmissão de conhecimentos e comunicados do que um meio de comunicação.

A ser comprovada esta hipótese, poderemos concluir que qualquer iniciativa que venha a ser tomada no campo da Radiodifusão Educativa, especificamente no que se refere à Educação de Adultos, se

tiver um objetivo educacional mais amplo que a simples instrução, deve procurar organizar, nas comunidades atingidas, ao lado dos núcleos de recepção organizada ou ligadas a eles, outras atividades comunitárias, das quais as atividades de Animação Popular do MEB são um exemplo.

BIBLIOGRAFIA

1. *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, nº 19, Fevereiro de 1970, Ed. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro
2. Costa, João Ribas da: *Educação Fundamental pelo Rádio*, São Paulo, 1956, 118 páginas
3. *Developpement & Civilisations*, nº 21, Mars, 1965, IRFED, Paris
4. Espinheira, Ariosto: *Rádio e Educação*, Ed. Melhoramentos, 1934
5. *Estudos Universitários*, Revista de Cultura da Universidade de Recife, nº 4, Abril/Junho, 1963
6. FEPLAM, *Informe 70*, Porto Alegre, 1970
7. Lago, Benjamim do: *Radiodifusão e Desenvolvimento*, Livraria Cultural da GB; Ltda; Rio de Janeiro, 1969, 100 páginas
8. MEB, Documentos Legais
9. MEB, Normas e Diretrizes para o Funcionamento do MEB, 1964
10. MEB, Animação Popular, apostila 5, série a, 11 páginas
11. MEB, Primeiro Seminário de Animação Popular-Conclusões, 1965, 9 páginas
12. MEB, Escolas Radiofônicas do MEB. Notas sobre seus objetivos, sua programação e sobre o desenvolvimento dos alunos, 10 págs.
13. MEB, Educação e Conscientização, Raul Landin Filho, 1963, 6 págs.

14. MEB, MEB em Cinco Anos, Primeira Parte, 1966, 50 págs.
15. MEB, MEB em Cinco Anos, Segunda Parte, 1966, 108 págs.
16. MEB, Relatório Síntese do Período 1961-1966, 1966, 20 págs.
17. MEB, Relatório Anual, 1961
18. MEB, Relatório Anual, 1962
19. MEB, Relatório Anual, 1963
20. MEB, Relatório Preliminar, 1965
21. MEB, Relatório Preliminar, 1966
22. MEB, Relatório Anual, 1967
23. MEB, Relatório Anual, 1968
24. MEB, Relatório Anual, 1969
25. MEB, Dados colhidos nos arquivos do Secretariado Nacional
26. Mendes, Cândido, *Memento dos Vivos*, Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1966, 256 págs.
27. Nóbrega, Wandick Londres da: *Enciclopédia da Legislação de Ensino*, Rio de Janeiro, 1952
28. Revista Eclesiástica Brasileira, vol. 15, Fasc. 2, Junho, 1955
29. Roquette Pinto, Edgard: *Seixos Rolados*, (estudos brasileiros), Rio de Janeiro, 1927, 336 págs.
30. Salgado, Álvaro, *A Radiodifusão Educativa no Brasil (Notas)*, MEC, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, 1946, 119 págs.
31. Schramm, Wilbur: *Comunicação de Massa e Desenvolvimento*, Ed. Bloch, Rio de Janeiro, 1970, 439 págs.
32. Torres, Camilo e Corredor, Berta: *Las Escuelas Radiofônicas de Sutatenza – Colombia*, Feres, Friburgo, 1961, 65 págs.

33. UNESCO, *Nuevos Métodos y técnicas de Educación*, Estudios y documentos de Educación, n° 48, Paris, 1963, 55 págs.
34. UNESCO, *Statistiques de la Radiodiffusion et de la Television 1950-1960*, Rapports et etudes statistiques, Paris, 1963, 88 págs.
35. Willians, J. Grenfell, *La Radio et l'Education de Base*, Unesco, Paris, 1950
36. SIRENA, relatórios e Documentos legais, datilografados.

NOTAS

- 1 – Este estudo foi escrito em 1970, como trabalho monográfico para o Curso de Graduação em Pedagogia na PUC/RJ. Para esta publicação, foram introduzidas algumas modificações, que não alteraram substancialmente o texto original. O autor agradece à Profa Eulina Fontoura de Carvalho pela orientação segura e constante que ela lhe proporcionou na elaboração desta monografia. Agradece também aos técnicos Louk de La Rive Box e Jack Soifer pelo estímulo e apoio recebido. E assume, desde já, a inteira responsabilidade pelas falhas e imperfeições que este trabalho possa conter.
- 2 – Citado por Saint-Clair Lopes, *Radiodifusão Hoje*, (Rio de Janeiro: Editora Temário, 1970), página 20.
- 3 – Citado por Jarbas Maciel, “A Fundamentação Teórica do Sistema Paulo Freire de Educação”; *Estudos Universitários* (número 4, Abril/Junho 1963), página 54.
- 4 – Se levarmos em conta a distinção, feita por vários autores, entre comunicação e comunicado, devemos dizer que o rádio, na maioria das vezes, não é um meio de comunicação e sim um instrumento de transmissão de comunicados.
- 5 – Wilbur Schramm, *Comunicação de Massa e Desenvolvimento*, (Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1970), página 217.
- 6 – Henri Dieuzeide, “Utilizacion de la Radio y de le Television con Fines Pedagógicos”, in *Nuevos Métodos y Técnicas de Educacion* (Paris: UNESCO, 1963), página 20.

- 7 – Alfredina de Paiva e Souza, “Pedagogia e Produção dos Programas da RTV Educativa”; *Cadernos de Jornalismo e Comunicação* (número 19, Fevereiro 1969), páginas 26-32.
- 8 – Saint-Clair Lopes, op. cit., página 19.
- 9 – idem, página 20.
- 10 – Álvaro Salgado, *A Radiodifusão Educativa no Brasil*, (Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação, 1946), página 14.
- 11 – Saint-Clair Lopes, op. cit., página 20.
- 12 – Álvaro Salgado, op. cit., página 103.
- 13 – Saint-Clair Lopes, op. cit., página 34.
- 14 – Álvaro Salgado, op. cit., página 5 (Prefácio)
- 15 – Citado por Álvaro Salgado, op. cit., página 28.
- 16 – Álvaro Salgado, op. cit., páginas 20-23.
- 17 – Jornal “O Paiz” de 24 de Setembro de 1922, citado por Álvaro Salgado, op. cit., página 20.
- 18 – Álvaro Salgado, op. cit., página 20.
- 19 – Ariosto Espinheira, *Rádio e Educação*, (São Paulo: Edições Melhoramentos, 1934), página 102.
- 20 – Álvaro Salgado, op. cit., página 15.
- 21 – Edgard Roquette Pinto, *Seixos Rolados*, (Rio de Janeiro: 1927), páginas 237-39.
- 22 – idem, página 233.
- 23 – idem, páginas 234-35.
- 24 – idem, páginas 239-40.

- 25 – Em seu artigo “Sugestões para um Estudo sobre o Analfabetismo no Brasil”; *Pesquisa e Planejamento* (vol. 10, Dezembro 1966), Pierre Furter nos mostra que “no caso do analfabeto de zonas rurais, a mentalidade dominante é um todo coerente que exclui qualquer comunicação que implica no uso e na necessidade da escrita”. Assim se explica o sucesso das escolas radiofônicas destinadas à zona rural. O caráter oral da rádio-difusão possibilita que a informação recebida seja sempre associada a *alguém que nos fala*. E Furter prevê que “com o desenvolvimento comercial fulminante dos meios de comunicação de massa” poderá haver “uma passagem direta da comunicação oral transmitida por mercados, para a comunicação oral teledifundida, por um verdadeiro ‘salto sobre a cultura escrita’.”
- 26 – Atual Estado da Guanabara
- 27 – Ariosto Espinheira, op. cit., página 107.
- 28 – Citado por Álvaro Salgado, op. cit., página 63.
- 29 – Álvaro Salgado, op. cit., página 65-66
- 30 – Ariosto Espinheira, op. cit., página 104.
- 31 – idem, página 105.
- 32 – Citado por Álvaro Salgado, op. cit., página 24.
- 33 – O parágrafo único deste artigo traz uma interessante disposição: “Uma vez organizado o Serviço de Radiodifusão Educativa, ficam as estações radiodifusoras que funcionam em todo o país, obrigadas a transmitir, em cada dia, durante 10 minutos, no mínimo, seguidos ou parcelados, textos educativos, elaborados pelo Ministério de Educação e Saúde, sendo pelo menos metade do tempo de irradiação noturna”.
- 34 – Citado por Álvaro Salgado, op. cit., página 78.
- 35 – BRASIL. Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Radiodifusão Educativa, *Relatório de 1944* (mimeog.), página 2.
- 36 – idem, página 4.

- 37 – idem, página 5.
- 38 – idem, página 105.
- 39 – idem, página 105.
- 40 – idem, página 119.
- 41 – Fernando Tude de Souza, “La Radio y el Cine al Servicio de la Educacion Fundamental”, *Educacion Fundamental* (vol. II, nº 2, Abril 1950, página 19-24.
- 42 – Cf. Álvaro Salgado, op. cit., página 90.
- 43 – Citado por Álvaro Salgado, op. cit., página 55.
- 44 – João Ribas da Costa, *Educação Fundamental pelo Rádio*, (São Paulo, 1956), páginas 52-53.
- 45 – Benjamin do Lago, *Radiodifusão e Desenvolvimento*, (Rio de Janeiro: Livraria Cultural da Guanabara, 1969), páginas 82-83.
- 46 – idem, página 82.
- 47 – João Ribas da Costa, op. cit., páginas 55-56
- 48 – Frei Gil Bomfin OFM, “Pregai por Sobre os Telhados”; *Revista Eclesiástica Brasileira* (Vol. 15, número 2, Junho 1955), página 421.
- 49 – João Ribas da Costa, op. cit., página 21.
- 50 – idem, página 44.
- 51 – idem página 45.
- 52 – idem, página 85.
- 53 – idem, página 87.
- 54 – idem, página 70.
- 55 – idem, página 107-110.

- 56 – Para maiores informações sobre o “Movimento de Natal”, cf. Alceu Ferrari, *Igreja e Desenvolvimento*, (Natal: Fundação José Augusto, 1968).
- 57 – Cf: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Movimento de Educação de Base, *Relatório Anual, 1961*, páginas 4-5.
- 58 – Movimento de Educação de Base, *Escolas Radiofônicas do MEB – Notas sobre seus objetivos, sua programação e desenvolvimento dos alunos*, (mimeog.), página 1.
- 59 – idem, página 3-5.
- 60 – idem, página 1.
- 61 – Movimento de Educação de Base, *Animação Popular* (Apostila 5, Série A, s. d.), página 4.
- 62 – Movimento de Educação de Base, *1º Seminário de Animação Popular – Conclusões* (Rio de Janeiro, 1965) página 2.
- 63 – FEPLAM, Informe 70, (Porto Alegre, 1970), página 17.